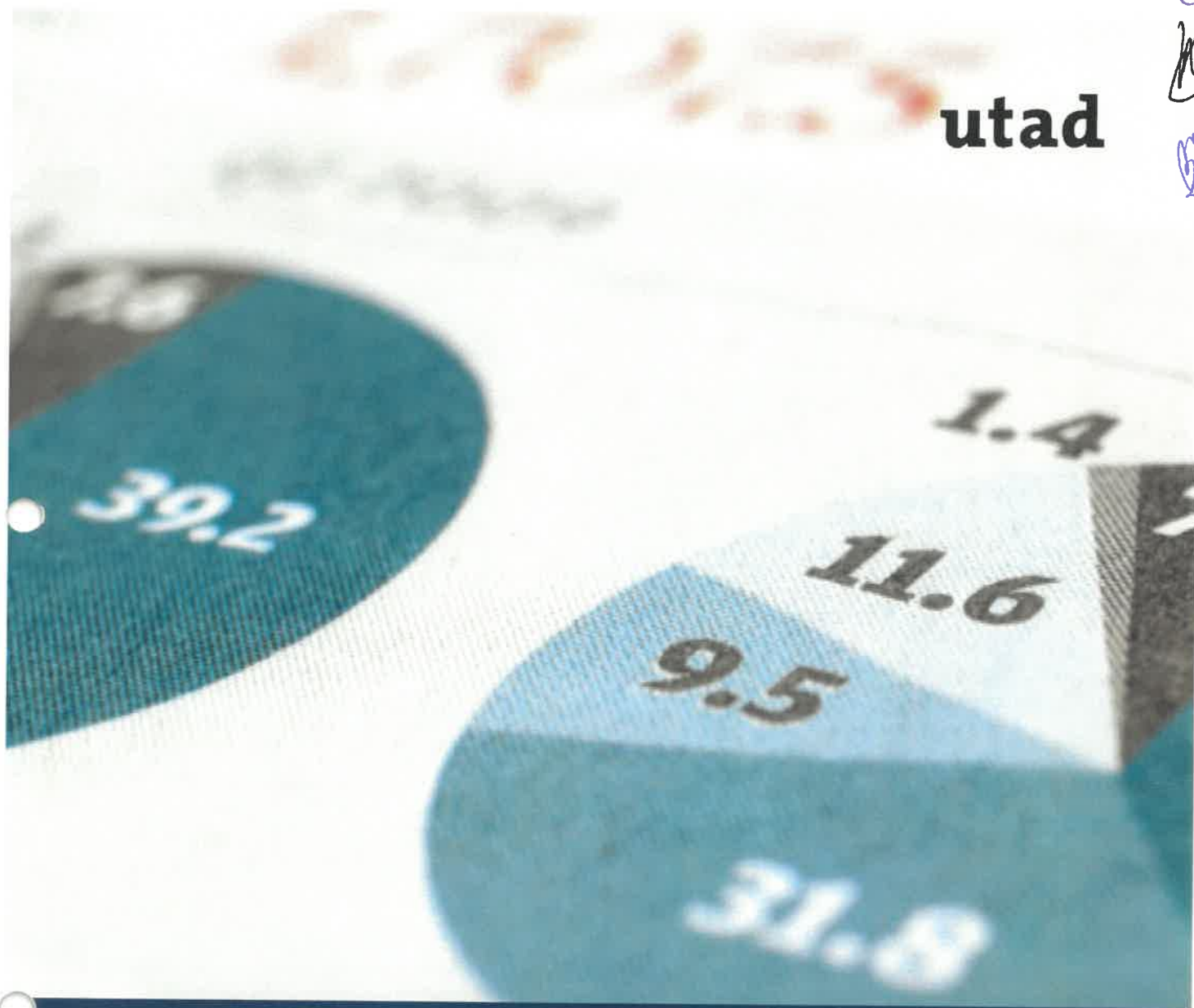


utad

Handwritten signatures and initials in blue ink.



Relatório de Gestão e Contas Consolidadas 2018

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

ÍNDICE GERAL

1. A UTAD	7
1.1 Introdução	7
1.2 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	7
1.2.2 Enquadramento Internacional	7
1.2.3 Enquadramento Nacional	8
1.3 Missão e Estratégia	8
1.4 Órgãos da UTAD	9
1.5 Organização Institucional	12
1.5.1 Escolas	13
1.5.2 Centros de Investigação	13
1.5.3 Colégio Doutoral	13
1.5.4 Serviços e Estruturas Especializadas	14
1.5.5 Serviços de Ação Social	14
1.6 Atividades Desenvolvidas	14
1.6.1 Ensino	14
1.6.2 Investigação, Desenvolvimento e Inovação	16
1.6.3 Qualidade e comunicação	18
1.6.4 Internacionalização	19
1.6.5 Ação Social	19
1.6.6 Outras atividades	20
1.7 Recursos Humanos	21
1.7.1 UTAD	21
1.7.2 SASUTAD	22

2. ANÁLISE ORÇAMENTAL	23
2.1 UTAD	23
2.1.1 Receita da UTAD	24
2.1.2 Despesa da UTAD.....	26
2.1.3 Variação do Saldo de Gerência da UTAD.....	28
2.2 SASUTAD	28
2.2.1 Receita	28
2.2.2 Despesa.....	28
2.2.3 Variação do Saldo de Gerência	29
3. ANÁLISE ECONOMICO-FINANCEIRA.....	30
3.1 Análise do Balanço consolidado	30
3.2 Análise dos Resultados consolidados	35
3.3 Estrutura de rendimentos	36
3.4 Estrutura de gastos consolidados.....	38
3.5 Outras informações	40
4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	42
4.1 Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018.....	42
4.2 Demonstração dos resultados por natureza consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2018.....	43
4.3 Demonstração consolidada das alterações no património líquido em 31 de dezembro de 2018	44
4.4 Demonstração de Fluxos de Caixa consolidada do período fino em 31 de dezmbro de 2018	45
4.5 Anexo às demonstrações financeiras consolidadas	47
1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico.....	47
1.1. Identificação da entidade, período de relato	47
1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras	52

1.3.	Comparabilidade	54
	Desagregação da rubrica Caixa e depósitos bancários.....	56
2.	Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros ...	56
2.1.	Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	56
a)	Consolidação.....	56
b)	Ativos intangíveis.....	57
c)	Ativos fixos tangíveis	57
d)	Locações	58
e)	Investimentos financeiros	58
f)	Imparidade dos ativos não correntes	59
g)	Custos de empréstimos obtidos	59
h)	Inventários.....	60
i)	Instrumentos financeiros.....	60
j)	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.....	61
k)	Moeda estrangeira	62
l)	Benefícios dos empregados.....	63
m)	Regime do acréscimo.....	63
n)	Reconhecimento de rendimentos	63
o)	Reconhecimento de gastos.....	65
p)	Enquadramento fiscal.....	65
q)	Eventos subsequentes.....	65
r)	Julgamentos e estimativas.....	65
3.	Ativos intangíveis	66
3.1	Divulgações sobre ativos intangíveis:	66
3.2	Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas.	66

Ph
Z
@
guy

3.3	Ativos intangíveis – quantia escriturada e variações do período.....	67
3.4	Ativos intangíveis – totalmente amortizados e ainda em uso	67
4.	Acordos de concessão de serviços.....	68
5.	Ativos fixos tangíveis.....	68
5.1	Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:	68
a)	Bases de mensuração:	68
b)	Método de depreciação usado:.....	68
c)	Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:.....	68
5.2	Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas	68
5.3	Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período	69
5.4	Ativos fixos tangíveis – totalmente depreciados e ainda em uso	70
6.	Locações	72
9.	Imparidade de ativos.....	72
9.1	Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa	72
10.	Inventários.....	73
10.1	Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.....	73
10.2	Movimentos do período	74
13.	Rendimento de transações com contraprestação	74
13.1	Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rendimento incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços	74
13.2	Quantia de rendimento proveniente da troca de bens ou serviços incluídos em cada categoria significativa de rendimento:.....	74
14.	Rendimento de transações sem contraprestação	75
14.1	Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de rendimentos provenientes de transações sem contraprestação.....	75

14.2	Quantia de rédito proveniente de transações sem contraprestação reconhecidas durante o período	76
15.	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	77
17.	Acontecimentos após a data de relato	78
17.1.	Aprovação das demonstrações financeiras	78
17.2.	Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço	78
18.	Instrumentos financeiros	79
18.1.	Ativos financeiros	79
a)	Clientes, contribuintes e utentes	79
b)	Outros devedores	81
c)	Caixa e depósitos	81
18.2.	Passivos financeiros	81
a)	Estado e outros entes públicos	82
b)	Outras contas a pagar	82
20.	Divulgação de partes relacionadas	82
23.	Outras informações	84
23.1.	Diferimentos	84
23.2.	Fornecimentos e serviços externos	85
23.3.	Gastos com pessoal	86
23.4.	Transferências e subsídios concedidos e Prestações sociais	86
23.5.	Outros rendimentos e ganhos	86
23.6.	Outros gastos e perdas	87
23.7.	Dívidas em mora com o Estado e outros entes públicos	87
23.8.	Responsabilidades por Garantias Prestadas	87
23.9.	Outras informações	87
23.10.	Fundo de Apoio Social	87

Handwritten marks: a stylized 'A' and a signature 'Jm'.

5. Certificação Legal das Contas	89
6. Relatório de Auditoria	94
7. Demonstrações orçamentais	99
▪ Demonstração do desempenho orçamental	100
8. Anexos.....	102
8.1 Demonstrações financeiras individuais das entidades consolidadas.....	102
8. Demonstrações Financeiras Individuais das Entidades Consolidadas	100

Handwritten marks: a large 'X' and a signature 'bnt'.

1. A UTAD

1.1 INTRODUÇÃO

A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar face ao Estado, com a diferenciação adequada à sua natureza, nos termos da constituição, da Lei e dos Estatutos.

O Relatório e Contas de 2018 deve ser entendido como um documento complementar ao Relatório de Atividades deste mesmo ano, o qual tem informação mais detalhada.

1.2 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1.2.2 Enquadramento Internacional

Em 2018, o ritmo de expansão da atividade económica mundial foi ligeiramente inferior ao antecipado. O ritmo de crescimento do comércio mundial reduziu-se em 2018, num contexto de desaceleração da atividade industrial a nível global e de diversas disputas comerciais. De acordo com as projeções divulgadas pelo Banco de Portugal, o PIB mundial deverá desacelerar de 3,5% em 2018 para 3,3% em 2019. Para a área do euro, está projetada uma redução do crescimento em 2019, para 1,1%, num quadro de deterioração dos indicadores de sentimento económico nos últimos meses em diversos países e setores, que sugere alguma persistência dos fatores adversos que afetaram o desempenho da atividade em 2018.

O preço do petróleo apresentou uma significativa volatilidade ao longo de 2018, oscilando entre cerca de 50 e quase 90 USD/barril. As projeções preveem uma descida de 10 dólares para 2019.

O ano de 2018 fica também assinalado pelo comportamento negativo dos mercados bolsistas. Após terem atingido máximos históricos no final do primeiro semestre, verificou-se um recuo na segunda metade do ano. Segundo alguns agentes de mercado este comportamento é atribuído à queda generalizada da confiança e do consumo (sobretudo na Europa e na China), à subida das taxas de juro nos EUA, à “guerra comercial” entre os EUA e a China e à incerteza económica, política e social provocada pelo “Brexit”.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a large 'X' and a signature that appears to be 'Bux'.

1.2.3 Enquadramento Nacional

Durante o ano de 2018, no que respeita a Portugal, e após se ter verificado um crescimento real do PIB de 2,8% em 2017, de acordo com as publicações do Banco de Portugal, a economia portuguesa cresceu 2,1% em 2018. Conforme se tem verificado nos anos anteriores, o crescimento da economia está assente essencialmente no crescimento do consumo privado e na formação bruta de capital fixo, bem como no aumento das exportações. O peso das exportações no PIB em 2018 foi de 43,6%. A economia portuguesa deverá continuar a crescer no período 2019-21, enquadrada por uma envolvente económica e financeira globalmente favorável. Contudo, o ritmo de crescimento deverá ser inferior ao observado nos últimos anos. Assim, para 2019, as projeções apresentam um ligeiro abrandamento para um crescimento de 1,7%. Estas projeções estão associadas a um crescimento da procura externa em média 3,4% e à manutenção de condições de financiamento favoráveis para os vários setores da economia. A orientação da política monetária da área do euro apresenta um quadro de manutenção das taxas de juro em níveis baixos. O crescimento económico da economia portuguesa está essencialmente associado à evolução da atividade e do comércio a nível global. As taxas de juro de curto prazo mantiveram-se em níveis historicamente baixos em 2018.

A taxa de desemprego terá continuado a diminuir de forma acentuada (de 8,9% para 7,0%), tendo a taxa de inflação (índice harmonizado de preços) desacelerado de 1,6% para 1,2%. As projeções para a taxa de desemprego apontam em 2019 para 6,1%. Este aumento do emprego a um ritmo superior ao da atividade deverá originar um aumento do produto por trabalhador. O crescimento da produtividade está associado essencialmente à gradual recuperação e renovação do stock de capital produtivo à disposição dos trabalhadores e à melhoria da afetação dos recursos na economia portuguesa.

1.3 MISSÃO E ESTRATÉGIA

A UTAD tem por missão produzir e disseminar conhecimento em conexão com a sociedade, tendo como denominador comum e crucial a convicção de que a educação e o conhecimento têm elevado valor económico e social e melhoram a vida das pessoas e das comunidades. No Plano Estratégico 2017-2021, a UTAD assume-se como uma instituição de ensino superior de alta qualidade, atrativa, inspiradora de aprendizagens e de construção de conhecimentos interdisciplinares e âncora de coesão e de desenvolvimento cultural e socioeconómico sustentável do território, o que exige ser uma Universidade mais Coesa, mais Colaborativa, mais Conectada e mais Competitiva.

AA
7
10
gms

UTAD, UMA ECO-UNIVERSIDADE PARA O FUTURO

Eixos estratégicos:

INVESTIGAÇÃO & VALORIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Investigação de dimensão global e com impacto no território

ENSINO, AÇÃO SOCIAL & CULTURA

Estudantes no epicentro de uma “Universidade Amiga e Inclusiva”

QUALIDADE & COMUNICAÇÃO

Cultura de qualidade e afirmação da marca UTAD

ORGANIZAÇÃO & RECURSOS

As pessoas no centro de um *campus* sustentável

INTERNACIONALIZAÇÃO

Abertura ao mundo

1.4 ÓRGÃOS DA UTAD

São órgãos da Universidade:

- a) O Conselho Geral;
- b) O Reitor;
- c) O Conselho de Gestão;
- d) O Provedor do Estudante;
- e) O Provedor do Trabalhador não docente e não investigador;
- f) O Conselho Académico.

O Conselho Geral pode, por iniciativa própria ou do Reitor, criar outros órgãos de natureza consultiva, definindo a respetiva composição e competências. A organização da UTAD pode ser esquematizada da seguinte forma:

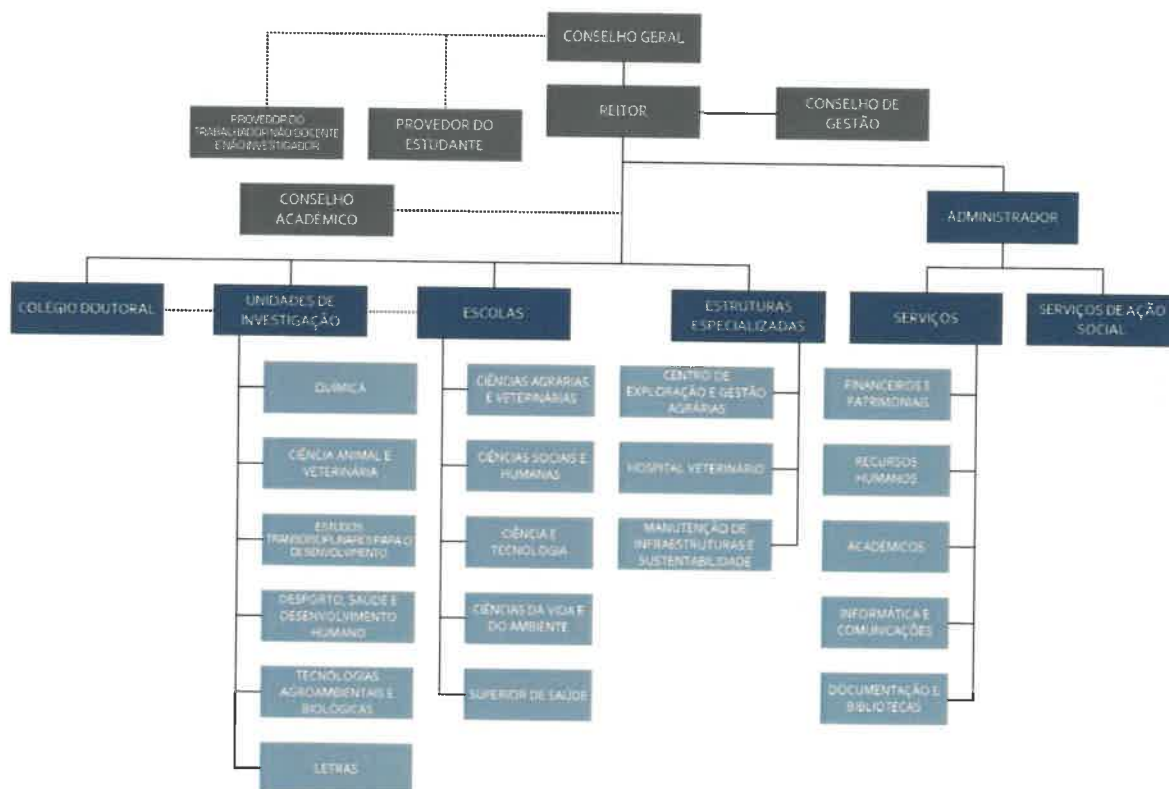


Figura 1 – Organograma da UTAD | 2018

A composição dos órgãos de governo da UTAD encontra-se descrita no Relat

Tabela 1. Composição de órgãos de governo da UTAD

CONSELHO GERAL		
Membros	Presidente	José Albino da Silva Peneda
Cooptados		Fernando António Guedes Bianchi-de-Aguiar
		Luís Miguel Poiares Pessoa Maduro
		Luís Miguel Rochartre Álvares
		Maria da Graça Martins da Silva Carvalho
		Maria Margarida Amado Pinto Correia Represas
		Pedro Manuel Gonçalves Lourtie

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Professores e Secretária Investigadores	Carla Maria Alves Quintelas do Amaral Marinho Ágata Cristina Marques Aranha Ana Luísa Guimarães Dias Lourenço Artur Severo Proença Varejão Irene Cristina Salgueiro de Oliveira João Fernandes Rebelo José Carlos Fontes Gomes da Costa José Ramiro Afonso Fernandes Luís Filipe Sanches Fernandes Maria do Carmo Martins Pires e Sousa Maria Helena Pessoa Santos Paulo Jorge dos Santos Coelho Rui Manuel Vitor Cortes
Pessoal não Docente e não Investigador	António Miguel Santos Bacelar
Estudantes	André Miguel Ferreira Coelho António Luís Leite Vasconcelos Pereira Pedro Miguel Almeida Castro Renata Manuel Moreira de Sá Cruz
REITOR	
Reitor	António Augusto Fontainhas Fernandes
CONSELHO DE GESTÃO	
Reitor	António Augusto Fontainhas Fernandes
Vice-Reitor	Artur Fernando Arêde Correia Cristóvão
Administradora	Elsa Rocha de Sousa Justino
Diretor Serviços Financeiros e Patrimoniais	Baltazar Sousa Cruz
PROVEDOR DO ESTUDANTE	
Provedor do Estudante	Mário Jorge Modesto Gonzalez Pereira
PROVEDOR DO TRABALHADOR NÃO DOCENTE E NÃO INVESTIGADOR	
Provedor do Trabalhador não docente e não investigador	Lúcia da Anunciação de Carvalho Gonçalves
CONSELHO ACADÉMICO	
Presidente	António Augusto Fontainhas Fernandes
Presidentes das Escolas	Ana Maria Nazaré Pereira Manuel Luís Tibério Artur Agostinho Abreu e Sá José Boaventura Ribeiro Cunha Maria João Filomena dos Santos Monteiro

Presidentes dos Conselhos Científicos	Jorge Manuel Teixeira de Azevedo
	Maria da Conceição Costa Azevedo
	Vitor Manuel de Jesus Filipe
	Luís Herculano de Carvalho
	Maria da Conceição Raínho Soares Pereira
Presidentes dos Conselhos Pedagógicos	José Júlio Barros Martins
	Manuel Gonçalo Sá Fernandes
	Manuel José Cabral dos Santos
	Jorge Ventura Ferreira Cardoso
	Carlos Manuel Torres Almeida
Diretores das Unidades de I&D	Paulo Jorge dos Santos Coelho
	Jaime Eira Sampaio
	Timothy Koehnen
	Ana Novo Barros
	Cristina Miranda Guedes
Representantes dos estudantes e da AAUTAD	António Luís Leite Vasconcelos Pereira
	Flávia Catarina Oliveira Pereira
	Ana Catarina Batista Dias
	Luís Filipe Bento Moraes
	Silvério Emanuel Silva Pinheiro
	Dinis Alexandre Teixeira Lisboa

1.5 ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

A UTAD organiza-se em unidades distintas quanto aos objetivos, estrutura, autonomia e natureza. Engloba:

- Unidades de Ensino e Investigação - Escolas;
- Unidades de Investigação - Centros de Investigação;
- Serviços e Estruturas Especializadas;
- Unidades Transversais de Ensino e Investigação - Colégio Doutoral;
- Serviços de Ação Social.

Supletivamente, dentro da sua organização funcional, a Universidade dispõe de microestruturas de suporte às atividades de ensino, de investigação, de prestação de serviços e de difusão da cultura humanística, artística, científica e tecnológica que se inserem no âmbito da sua missão.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

1.5.1 ESCOLAS

As unidades de ensino e investigação, também designadas por Escolas, são unidades orgânicas com autonomia científica, pedagógica e administrativa, constituídas a partir de departamentos. Cada Escola tem um Presidente (nomeado pelo Reitor), Conselho Científico (eleito por docentes e investigadores) e Conselho Pedagógico (eleito por docentes e estudantes). A UTAD integra quatro Escolas de natureza universitária e uma de natureza politécnica.

As escolas de natureza universitária são unidades orgânicas vocacionadas para a realização continuada de tarefas de ensino, investigação, transferência de ciência e tecnologia, de difusão de cultura e de prestação de serviços especializados. Atualmente existem as seguintes Escolas universitárias:

- Escola de Ciências Agrárias e Veterinárias (ECAV);
- Escola de Ciências Humanas e Sociais (ECHS);
- Escola de Ciências e Tecnologia (ECT);
- Escola de Ciências da Vida e do Ambiente (ECVA).

A Escola Superior de Saúde (ESS), de natureza politécnica, está orientada para a criação, transmissão e difusão da cultura e do saber de natureza profissional, mediante articulação do estudo, do ensino, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental.

1.5.2 CENTROS DE INVESTIGAÇÃO

Os centros de investigação são estruturas direcionadas para a realização de tarefas de investigação, de transferência de ciência e de tecnologia, de difusão da cultura e de prestação de serviços especializados.

Atualmente, os centros de investigação da UTAD são:

- Centro de Ciência Animal e Veterinária (CECAV);
- Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD);
- Centro de Investigação de Desporto, Saúde e Desenvolvimento Humano (CIDESD);
- Centro de Investigação e de Tecnologias Agroambientais e Biológicas (CITAB);
- Centro de Estudos em Letras (CEL);
- Centro de Química (CQ).

1.5.3 COLÉGIO DOUTORAL

O Colégio Doutoral é uma unidade transversal de ensino e investigação, que funciona em articulação com as escolas e as unidades de investigação, tendo como competência coordenar e apoiar a atividade de ensino e investigação, ao nível de cursos de 3.º ciclo e de cursos de formação avançada.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

1.5.4 Serviços e Estruturas Especializadas

Os serviços são unidades funcionais, hierarquicamente organizadas, orientadas para o apoio técnico e administrativo permanente, necessário ao funcionamento da Universidade e da sua estrutura organizativa.

Os serviços em vigor são os seguintes:

- Serviços Académicos;
- Serviços de Documentação e Bibliotecas;
- Serviços de Informática e de Comunicações;
- Serviços de Recursos Humanos;
- Serviços Financeiros e Patrimoniais.

As estruturas especializadas são unidades funcionais, organizadas para o desenvolvimento de atividades especializadas. As estruturas especializadas são:

- Unidade de Manutenção de Infraestruturas e Sustentabilidade;
- Centro de Exploração e Gestão Agrária;
- Hospital Veterinário.

1.5.5 Serviços de Ação Social

Os Serviços de Ação Social (SAS) são uma estrutura vocacionada para assegurar as funções de ação social escolar, prestando aos estudantes serviços de alojamento, alimentação, bolsas de estudo e subsídios, apoio médico e psicológico, bem a dinamização de atividades desportivas e culturais. Estão dotados de autonomia administrativa e financeira, com capacidade para praticar atos jurídicos, tomar decisões com eficácia externa e praticar atos definitivos. Têm capacidade de dispor de receitas próprias e as afetar a despesas, aprovadas no seu orçamento.

Os SAS dispõem de serviços administrativos próprios, sem prejuízo de poderem partilhar serviços da Universidade, com o objetivo da racionalização dos recursos humanos e financeiros.

1.6 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1.6.1 ENSINO

OFERTA EDUCATIVA

No ano letivo 2018/2019 a UTAD ofereceu 2602 vagas, repartidas por um Curso Técnico Superior Profissional (TESP), 31 cursos de 1º ciclo — Licenciatura, 3 cursos de Mestrado Integrado, 43 cursos de 2º ciclo — Mestrado e 16 cursos de 3º ciclo — Doutoramento.

A oferta educativa é promovida e coordenada pelas Escolas, que oferecem também outros cursos de formação não conferentes de grau académico.

PROCURA

Na primeira fase do Concurso Nacional de Acesso (CNA), a UTAD ofereceu 1444 vagas, tendo sido colocados 1301 candidatos. A atratividade dos cursos, medida pelo índice de força, foi superior à do ano anterior: 1199 candidatos escolheram a UTAD em 1ª opção, representando um índice de força de 0,83. Dos 1116 colocados, 90,1% efetivaram a matrícula. A UTAD foi uma das instituições de ensino superior que registou maior aumento de estudantes em relação a 2017. De igual modo, foi a instituição do denominado “arco do interior” que apresentou o melhor índice de ocupação de vagas. Em comparação com os resultados de 2014, confirmou-se a trajetória de crescimento, o que revela um aumento de 27%.

O número de novos estudantes de 1ª ciclo e de Mestrado Integrado matriculados, considerando as três fases do CNA, foi de 1222, o que representa um aumento de 6% face ao ano anterior, não obstante a diminuição de 5,6% de candidatos a nível nacional. Considerando outros concursos, verificam-se, a 31/12/2018, 1517 novos estudantes de 1º ciclo e MI, conforme Figura 2:

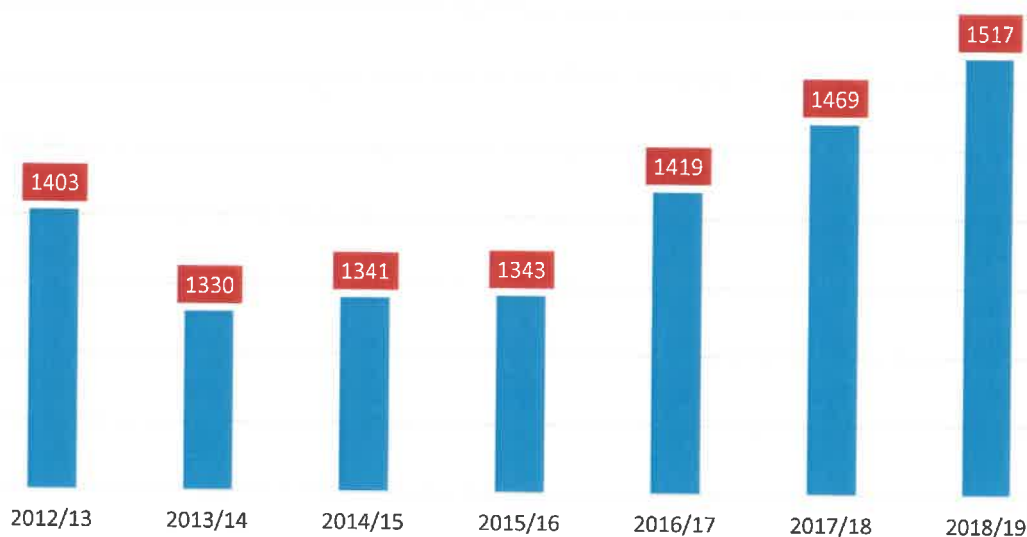


Figura 2. Novos Estudantes de 1º ciclo e MI de 2013/14 a 2018/2019

Em termos de 2º ciclo, em 2018 regista-se uma inversão da trajetória decrescente de estudantes inscritos desde 2012. O número de novos estudantes aumentou 3% no 2º ciclo e 44% no 3º ciclo, em relação ao ano anterior.

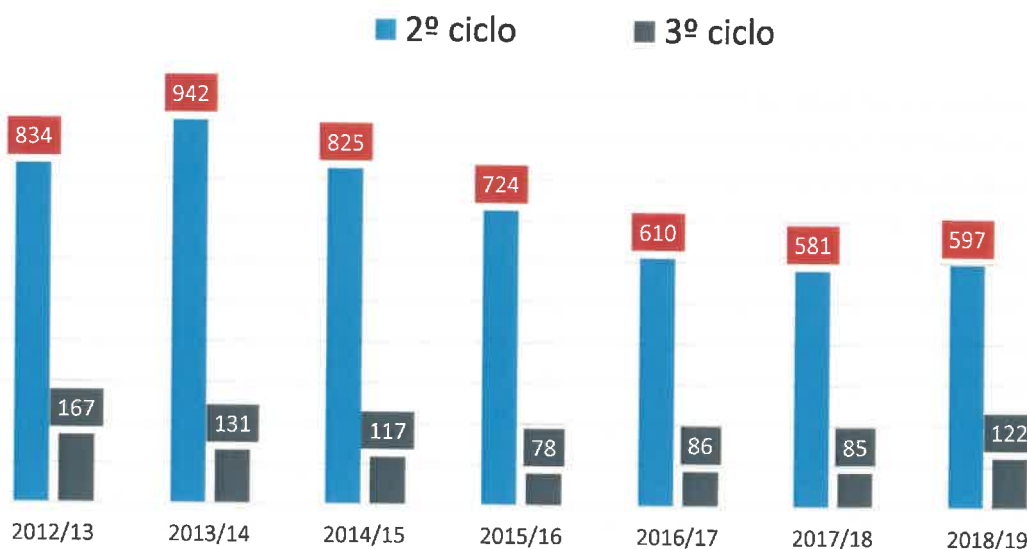


Figura 3. Novos estudantes de oferta pós-graduada

No final de 2018 a UTAD tinha inscritos 6.688 estudantes em cursos conferentes de grau: 5.032 no 1º ciclo e Mestrado Integrado, 1.349 no 2º ciclo, e 307 no 3º ciclo e 20 estudantes em CTESP, num total de 6708 estudantes. A essa data estavam em funcionamento 111 cursos, incluindo os cursos que fazem parte da oferta educativa 2018/2019, e cursos que foram entretanto descontinuados mas que ainda tem estudantes a concluir o ciclo de estudo.

Em 2018, a UTAD atribuiu 888 diplomas de graduação, 74 diplomas de Mestrado Integrado, 337 de Mestrado e 39 de Doutoramento.

Quanto ao abandono e insucesso escolar, foi dada continuidade a programas específicos, como o Observatório Permanente do Abandono e Promoção do Sucesso Escolar. Foram implementadas ações para melhorar os indicadores de abandono e sucesso escolar, foi alargado o Programa de Tutoria de 12 para 26 cursos, reforçada a promoção da integração e do sucesso académico dos estudantes na transição do Ensino Secundário para o Superior e ao longo do seu percurso académico. A taxa de abandono escolar no 1º ciclo e Mestrado Integrado foi de 1,1%, registando-se 55 anulações de matrícula.

1.6.2 INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

As atividades de investigação da UTAD concentram-se em seis unidades de investigação, o Centro de Ciência Animal e Veterinária, o Centro de Investigação e Tecnologias Agroambientais e Biológicas, o Centro de Estudos em Letras, o Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento, o Centro de Química e o Centro de Investigação de Desporto, Saúde e Desenvolvimento,

e em oito polos de I&D de outras Instituições de Ensino Superior, reconhecidos pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). As unidades de I&D constituem a base da organização do sistema científico e tecnológico, reunindo massa crítica adequada à sua missão e promovendo um ambiente de trabalho propício à criatividade científica, à promoção de talento e ao desenvolvimento de competências e carreiras científicas. Compete-lhes assegurar as condições adequadas à realização de projetos de investigação e de valorização do conhecimento.

Tabela 2 – Indicadores de investigação

INDICADOR	2014	2015	2016	2017	2018
Estudantes de Doutoramento (nº)	117	315	242	281	307
Bolseiros de Investigação	–	–	–	224	327
Projetos de I&D (nº)	60	70	69	62	162
Projetos de I&D (M€)	5,42	8,35	6,44	19,8	12,0
Contratos de prestação de serviços (nº)	-	9	18	15	10

A produtividade científica dos investigadores traduziu-se num total de 846 publicações, representando um aumento de 13% em relação ao ano anterior.

Quatro áreas disciplinares da UTAD constam do "Shanghai Global Ranking of Academic Subjects" 2018, divulgado em 18 de setembro: Ciências Veterinárias, Ciências Alimentares, Ciências Agrárias e Ciências Farmacêuticas – Enfermagem, nos lugares 151-200, 201-300 e 401-500, respetivamente.

A UTAD participou em quatro candidaturas ao estatuto CoLab, tendo sido aprovados três Laboratórios Colaborativos em 2018: ForestWISE na área da floresta e dos fogos, o CoLaB Vines&Wines sobre Vinho e Vinha e o CoLab4Food na área da Ciência Alimentar, sendo que os dois primeiros serão sediados em Vila Real. Será criada uma nova delegação em Portugal do Instituto Fraunhofer, prevendo um polo no Regia Douro Parque no domínio da agricultura de precisão.

Foi aprovado um novo Regulamento da Prestação de Serviços, tendo como objetivo incentivar a atividade dos docentes e investigadores na prestação de serviços especializados.

No âmbito dos projetos em 2018, destaca-se o elevado número de candidaturas submetidas (76) e de projetos aprovados (54) com um montante de 5,7 M€.

Tabela 3 – Indicadores de valorização do conhecimento

INDICADOR	2014	2015	2016	2017	2018
Contratos de prestação de serviços (nº)	17	9	18	15	10
Projetos em parceria com empresas (nº)	100	50	86	78	162
Patentes (nº)	6	13	5	5	3
Empreendedores apoiados (nº)	27	161	109	129	105
Voluntários (nº)	—	—	274	241	188

1.6.3 QUALIDADE E COMUNICAÇÃO

A implementação de uma política de qualidade mereceu particular atenção em 2018. Designadamente: Os serviços de Ação Social forma certificados pela Apcer; a certificação do Eco campus manteve uma trajetória regular nas diferentes componentes, foi criado um grupo de trabalho com o objetivo de submeter o pedido de certificação do sistema interno de garantia da qualidade na A3ES e os serviços preparam a implementação do sistema de gestão da qualidade nos serviços da UTAD visando a satisfação dos seus clientes internos e externos.

O trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos permitiu à UTAD aparecer pela primeira vez referenciada em rankings internacionais, como sejam o ranking do "Times Higher Education", que considera a opinião de empregadores sobre os diplomados e mede a perceção da qualidade de cada instituição e o Shanghai Global Ranking of Academic Subjects".

Dando continuidade à agenda de sustentabilidade, a UTAD tem trabalhado na melhoria contínua de desempenho ambiental, abrangendo as áreas do planeamento e ordenamento do campus, da eficiência energética e fontes de energia renovável e qualidade do ar e da gestão de resíduos. Em 2018 foram entregues as primeiras 30 bicicletas elétricas ao abrigo do programa U-Bike e duas viaturas elétricas no âmbito da candidatura ao Programa ECO.mob financiada pelo Fundo Ambiental, assim como a instalação de postos de carregamento.

A modernização administrativa é assumida como um fator essencial para a execução eficaz e eficiente de todos os processos administrativos, educativos, científicos e de sustentabilidade, apresentando-se como um processo contínuo que tem vindo a ser implementado gradualmente, com o apoio da Agência para a Modernização Administrativa. De entre os desenvolvimentos em 2018, destacam-se a disponibilização de novos sites e serviços on-line e a instalação do software de gestão da biblioteca (KOHA). Em termos de infraestruturas, destacam-se a instalação de 800 equipamentos VOIP, o Upgrade da solução de telefonia VOIP para comunicações unificadas e a instalação de 170 equipamentos VDI nas diferentes estruturas da UTAD.

AA
Z
D
fma

1.6.4 INTERNACIONALIZAÇÃO

No domínio da internacionalização, a atividade desenvolveu-se em torno de três focos principais: promoção de contactos com IES estrangeiras e públicos internacionais para dar a conhecer a oferta educativa e a investigação; promoção da mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e demais trabalhadores; reforço do envolvimento em redes, programas de cooperação e acordos académicos nacionais e internacionais, projetos e consórcios envolvendo diversos países da Europa e do Mundo promovendo de forma global a internacionalização.

284	315	191
Estudantes de outras nacionalidades	Mobilidades de estudantes	Mobilidades de docentes

1.6.5 AÇÃO SOCIAL

Os Serviços de Ação Social (SAS) estão alinhados com os objetivos estratégicos da Universidade e assumem-se como fator de desenvolvimento e sustentabilidade social da Universidade. São uma estrutura de serviços direcionada para o desenvolvimento de apoios sociais e auxílios económicos, através de apoios diretos (bolsas de estudo) e indiretos (alojamento e alimentação). Desenvolvem ainda atividades desportivas, culturais, e de apoio de saúde e psicologia.

O número de estudantes apoiados tem vindo a aumentar, representando 35% dos estudantes da UTAD. No âmbito do apoio económico, o Fundo de Apoio Social, criado pelo Conselho Geral em 2014, como contrapartida do acréscimo de propinas, tem sido vital para prevenir e reverter situações de abandono e desistência do ensino, o que exige a sua otimização, articulação e operacionalidade com a UTAD e os parceiros institucionais que o financiam.

Os SAS implementaram o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) segundo a Norma NP EN ISO 9001:2015, que obteve a certificação da Associação Portuguesa de Certificação, com o objetivo de satisfazer as expectativas dos clientes, aumentar a satisfação e melhorar o desempenho.

Em 2018, registou-se aumento da receita do Orçamento de Estado de 5.3% e um aumento das Receitas Próprias de 5% em relação a 2017 (Tabela 6). O aumento de Receitas Próprias deve-se essencialmente aos serviços de desporto e a serviços de alimentação e alojamento.

Tabela 4 – Evolução dos Recursos Financeiros dos SASUTAD (€)

	2014	2015	2016	2017	2018
Receitas Próprias	2.507.183,41	2.389.484,18	2.176.042,07	2.557.092,44	2.683.685,54
Receita OE	1.362.478,00	1.436.000,00	1.466.000,00	1.500.000,00	1.580.000,00
TOTAL	3.869.661,41	3.825.484,18	3.642.042,07	4.057.092,44	4.263.685,54

As áreas do alojamento e alimentação são responsáveis por cerca de 63% (2017: 64%) da receita própria gerada pelos SAS. Refira-se que a atribuição de Bolsas de Estudo não culmina na entrega das mensalidades aos bolseiros, apenas se consubstanciando na análise e tramitação dos processos que conduzem à determinação dos respetivos valores.

Em termos de alojamento, os SAS integram unidades em Codessais (80 camas) e no Parque Residencial Além-Rio em quatro blocos (452 camas), num total de 532 camas. No que diz respeito à área da saúde registaram-se 2387 consultas, nas especialidades de Ginecologia (350), Clínica Geral e Planeamento Familiar (375), Psicologia (753), Enfermagem (378) e Nutrição (380).

Quanto aos serviços de alimentação em regime de exploração direta, os SAS possuem três refeitórios (com serviço de refeição social), localizados no Complexo Residencial de Codessais, Complexo Residencial Além Rio e no campus. Possuem também, snack-bares com serviço de refeição e o restaurante panorâmico com serviço buffet. Este espaço também se destina à realização de serviços pontuais, casos de seminários, colóquios, conferências, cursos, entre outros eventos, tendo em 2018 servido 183.929 refeições (2017: 181.801 refeições).

Os SASUTAD assumem o desporto como uma componente essencial do desenvolvimento integral dos cidadãos. Neste sentido, no âmbito da educação, ganha especial relevância a dinamização do Desporto quer como programa que fomenta a prática desportiva regular e a competição, quer enquanto estratégia de promoção do sucesso educativo e de estilos de vida saudáveis. Programando e desenvolvendo serviços próprios, tendo em conta não só as tendências do desporto de rendimento, mas também as do desporto escolar, de lazer/tempo livre, do desporto turismo e principalmente as necessidades e interesses da população na perspetiva da saúde, durante o ano de 2017, conseguimos atingir 20% de população académica fisicamente ativa, praticando atividade física regular. No ano de 2018 atingiu-se 23%.

1.6.6 OUTRAS ATIVIDADES

O Grupo UTAD é também constituído pela Rádio Universidade do Marão (RUM) onde a Universidade detém uma participação de cerca de 87,0%. As demonstrações financeiras da RUM refletem a atividade da rádio como sendo um órgão de comunicação social vocacionado para servir a comunidade de Vila-Real e concelhos limítrofes, nomeadamente, prestando informação sobre os vários domínios da vida social e coletiva. O seu estatuto

ph
Z
Q
h
h

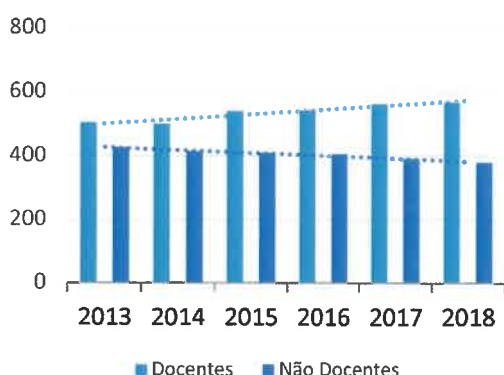
editorial rege-se por parâmetros de deontologia de ética inerentes ao serviço público que pretende prestar. A RUM tem a seguinte cobertura radioelétrica: distrito de Vila Real, parte sul do distrito de Bragança e parte norte do distrito de Viseu.

A RUM, designada de Universidade FM, começou a emitir de uma cave do edifício ex-DRM, em Vila Real, em 5 de Maio de 1986. A partir de 1 de Dezembro de 1989 passou a deter licença para o concelho de Vila Real e instalou os estúdios na Quinta do Espadanal. Deste 2004, tem os estúdios em uma das residências universitárias da UTAD.

1.7 RECURSOS HUMANOS

1.7.1 UTAD

O corpo dos recursos humanos, a 31 de dezembro de 2018, incluía 952 trabalhadores: 569 docentes, 380 não docentes e três investigadores.



0,78

Rácio não docente/docente (ETI)

[0.8 em 2017]

Docentes

487,7

13,8

ETI (equivalente a tempo integral)

[490,9 em 2017]

Rácio estudante/docente (ETI)

[13,5 em 2017]

Não docentes

380

17,7

ETI (equivalente a tempo integral)

[391 em 2017]

Rácio estudante/não docente

[17,01 em 2016]

1.7.2 SASUTAD

Em 2018, A estrutura de pessoal dos SAS sofreu alterações com o aumento de funcionários em face da contratação de pessoal da carreira de Técnico Superior e da carreira de Assistente Operacional. Assim, a 31 de dezembro de 2018, 117 trabalhadores, com vínculo CTTI - CTFP tempo indeterminado, distribuídos pelas carreiras que se apresentam na Tabela 10.

Tabela 5 – Recursos Humanos dos SASUTAD

Categorias	2017	2018
Pessoal não docente	117	129
Técnico Superior	14	16
Assistente Técnico	11	11
Assistente Operacional	90	100
Técnico Informática	2	2

Handwritten notes and signatures in the top right corner.

2. ANÁLISE ORÇAMENTAL

2.1 UTAD

A execução orçamental apresentada reflete as medidas que têm vindo a ser implementadas, no sentido de equilibrar as contas da UTAD e, em simultâneo a modernização administrativa, tendo como pano de fundo a desmaterialização de processos e a gestão da qualidade, segundo as novas orientações das instituições de ensino superior.

Na despesa regista-se uma redução do custo efetivo com pessoal, apesar de ter sido reposta o reposicionamento salarial e da renegociação de alguns contratos que envolvem os encargos gerais de funcionamento (energia, limpeza, comunicações, manutenção, cópia, impressão e assistência técnica), bem como da resultante do plano de ordenamento visando a concentração de toda a atividade da Universidade no *campus*. Quanto à aquisição de bens e serviços, e de transferências, face à necessidade de equilíbrio financeiro, a execução orçamental exigiu dar continuidade a um conjunto de medidas de gestão que tem permitido reduzir a despesa.

As medidas que têm sido implementadas são as seguintes:

- Contenção da despesa em pessoal e de funcionamento;
- Continuação da consolidação da reorganização das unidades orgânicas dentro do CAMPUS, visando a centralização de procedimentos, incrementando a eficiência dos recursos humanos;
- Continuação da otimização de procedimentos que permitam a redução da utilização de suportes de comunicação em papel, resultante dos projetos de modernização administrativa em curso financiados pela Agência Nacional para a Modernização Administrativa;

O plano de capacitação e reorganização das infraestruturas de apoio ao ensino e investigação tem permitido melhorar a gestão das infraestruturas. Neste contexto foram reorganizados os Gabinetes Especializados e a conclusão das instalações sanitárias das Escolas

Do lado da receita, foram tomadas medidas, visando:

- Esforço para aumentar o número de estudantes inscritos pela primeira vez no 1º Ciclo;
- Esforço para aumentar o número de estudantes em cursos de pós-graduação, designadamente em programas em parceria com outras Universidades portuguesas, valorizando estratégias de internacionalização;

- A abertura da Universidade a novos públicos;
- Promoção da investigação científica e da transferência de conhecimento, em parceria com outras Universidades;
- Reforço da cooperação externa com diversos atores regionais, caso das empresas e suas associações, autarquias e unidades de I&D.

De seguida apresenta-se a execução orçamental da UTAD, tendo como variáveis a receita, despesa e saldo orçamental.

2.1.1 Receita da UTAD

A UTAD em 2018 registou um total de recebimentos no valor de € 51.970.866,93 €, sendo €629.709,34 de saldo da gerência do ano anterior e €51.341.157,59 de receitas efetuadas durante o ano.

Comparando com o volume total de receitas de 2017, verifica-se um acréscimo acentuado, proveniente de projetos de investigação.

Quanto às receitas próprias, registou-se um valor muito aproximado ao ano anterior (10.666.654,88), totalizando €10.628.941,72 em 2018.

A análise do peso das receitas do ano económico de 2018 mostra que as transferências do Orçamento de Estado (OE), €31.277.946,59, representam cerca de 61% do total da receita, Projetos I&D, €9.434.269,28, representam 18% do total da receita, enquanto as receitas próprias, €10.628.941,72, representam 21%.

Relativamente ao orçamento inicial previsto da receita, foi recebido no corrente ano €51.341.157,59, o que revelou um desvio negativo. Este desvio deveu-se ao facto de termos de apresentar despesa por conta de adiantamentos transferidos para projetos I&D em 2017. Durante esta fase de execução, a UTAD tem de justificar primeiro essa despesa justificando assim os adiantamentos concedidos.

Seguidamente apresenta-se um mapa com a evolução das receitas recebidas durante o exercício de 2018, por fonte de financiamento.

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO			
		RP	RG	UE	FUNDOS ALHEIOS
	Saldo de gerência anterior	84.360,56 €	542.360,07 €	2.988,71 €	506.222,33 €
	Operações orçamentais [1]	84.360,56 €	542.360,07 €	2.988,71 €	0,00 €
	Saldo Orçamental	84.360,56 €	542.360,07 €	2.988,71 €	0,00 €
	Devolução do saldo oper. orçamentais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Operações de tesouraria [A]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	506.222,33 €
	Receita corrente	10.627.388,40 €	30.838.830,21 €	1.283.308,17 €	0,00 €
R1	Receita fiscal	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R11	Impostos diretos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R12	Impostos indiretos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R2	Contribuições para a segurança social, CGA e ADSE	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	7.680.244,28 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R4	Rendimentos de propriedade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5	Transferências Correntes	696.007,56 €	30.838.830,21 €	1.283.308,17 €	0,00 €
R51	Administrações Públicas	178.936,85 €	30.838.830,21 €	1.224.333,17 €	0,00 €
R511	Administração Central - Estado	0,00 €	30.642.651,00 €	0,00 €	0,00 €
R512	Administração Central - Outras entidades	136.236,85 €	196.179,21 €	1.224.333,17 €	0,00 €
R513	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R514	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R515	Administração Local	42.700,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R52	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	58.975,00 €	0,00 €
R53	Outras	517.070,71 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R6	Venda de bens e serviços	2.121.231,57 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R7	Outras receitas correntes	129.904,99 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Receita de capital	1.553,32 €	439.116,38 €	8.150.961,11 €	0,00 €
R8	Venda de bens de investimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9	Transferências de Capital	0,00 €	439.116,38 €	8.147.304,92 €	0,00 €
R91	Administrações Públicas	0,00 €	439.116,38 €	25.945,44 €	0,00 €
R911	Administração Central - Estado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R912	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	439.116,38 €	25.945,44 €	0,00 €
R913	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R914	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R915	Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R92	Exterior - UE	0,00 €	0,00 €	8.121.359,48 €	0,00 €
R93	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R10	Outras receitas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	1.553,32 €	0,00 €	3.656,19 €	0,00 €
	Receita efetiva [2]	10.628.941,72 €	31.277.946,59 €	9.434.269,28 €	0,00 €
	Receita não efetiva [3]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R12	Receita com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R13	Receita com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	10.713.302,28 €	31.820.306,66 €	9.437.257,99 €	0,00 €
	Operações de tesouraria [B]				1.705.158,47 €
					1.705.158,47 €

Tabela 6 – Mapa de Execução da Receita

2.1.2 Despesa da UTAD

A UTAD executou despesa no montante de €50.245.223,68. A despesa com pessoal assume um peso mais significativo, €35.641.074,40 €, representando 70,93% do total da despesa paga.

As aquisições de bens ascenderam a €8.038.314,47 €, sendo a principal componente os encargos com as instalações no montante de €1.699.632,91. Nestas rubricas registou-se uma diminuição relativamente ao ano anterior.

As transferências correntes para entidades públicas, privadas e famílias ascenderam a €5.073.828,62 €. Comparativamente a 2017, regista-se um aumento acentuado nesta rubrica, devido ao valor das transferências para as entidades parceiras de projetos, algumas devoluções devido aos acertos finais dos projetos com as entidades financiadoras e também bolsiros de investigação contratados no âmbito dos projetos de investigação em curso.

As despesas com capital ascenderam a €1.155.177,79 €, tendo as maiores componentes sido utilizadas em conservação e reparação de edifícios no montante de €200.939,89 e em equipamento básico €388.725,91. Nestas rubricas registou-se uma diminuição relativamente ao ano anterior.

Seguidamente apresenta-se um mapa com a evolução das despesas recebidas durante o exercício de 2018, por fonte de financiamento.

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTE DE FINANCIAMENTO			
		RP	RG	UE	TOTAL
	Despesa corrente	9.690.685,70 €	31.092.836,99 €	8.306.523,20 €	49.090.045,89 €
D1	Despesas com o pessoal	4.584.967,31 €	30.646.003,99 €	410.103,10 €	35.641.074,40 €
D11	Remunerações Certas e Permanentes	3.472.042,68 €	24.798.848,16 €	67.611,46 €	28.338.502,30 €
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	130.208,32 €	44.179,15 €	184.286,72 €	358.674,19 €
D13	Segurança social	982.716,31 €	5.802.976,68 €	158.204,92 €	6.943.897,91 €
D2	Aquisição de bens e serviços	3.904.820,26 €	369.939,95 €	3.763.554,26 €	8.038.314,47 €
D3	Juros e outros encargos	36.792,61 €	0,00 €	0,00 €	36.792,61 €
D4	Transferências correntes	958.658,12 €	62.746,53 €	4.052.423,97 €	5.073.828,62 €
D41	Administrações Públicas	274.591,72 €	23.911,41 €	196.829,74 €	495.332,87 €
D411	Administração Central - Estado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D412	Administração Central - Outras entidades	274.591,72 €	23.911,41 €	196.829,74 €	495.332,87 €
D413	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D414	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D415	Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D42	Instituições sem fins lucrativos	36.000,00 €	22.562,50 €	0,00 €	58.562,50 €
D43	Famílias	648.066,40 €	16.272,62 €	2.649.780,79 €	3.314.119,81 €
D44	Outras	0,00 €	0,00 €	1.205.813,44 €	1.205.813,44 €
D5	Subsídios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D6	Outras despesas correntes	205.447,40 €	14.146,52 €	80.441,87 €	300.035,79 €
	Despesa de capital	644.848,55 €	12.368,52 €	497.960,72 €	1.155.177,79 €
D7	Investimento	644.848,55 €	12.368,52 €	497.960,72 €	1.155.177,79 €
D8	Transferências de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D81	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D811	Administração Central - Estado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D812	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D813	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D814	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D815	Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D82	Instituições sem fins lucrativos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D83	Famílias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D84	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D9	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Despesa efetiva [5]	10.335.534,25 €	31.105.205,51 €	8.804.483,92 €	50.245.223,68 €
	Despesa não efetiva [6]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D010	Despesa com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D011	Despesa com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Soma [7]=[5]+[6]	10.335.534,25 €	31.105.205,51 €	8.804.483,92 €	50.245.223,68 €

Tabela 7 – Mapa de Execução da Despesa

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a signature and the word "good" written vertically.

2.1.3 Variação do Saldo de Gerência da UTAD

O saldo de gerência transitado foi de €1.725.643,25 €, não considerando as operações de tesouraria. Relativamente ao ano anterior, regista-se um aumento de €1.095.933,91. Este diferencial serviu para dar cobertura ao pagamento, do valor transitado dos descontos de IRS, CGA, SS e IVA (€1.301.463,55) pagos no mês seguinte, assim como a fornecedores. De salientar que este valor foi suportado por verbas recebidas para projetos de I&D.

2.2 SASUTAD

2.2.1 RECEITA

Em 2018, os SASUTAD receberam um total de €4.263.685,54, tendo transitado de saldo do exercício anterior uma verba de €137.407,48. A análise estrutural dos recebimentos relativos a 2018, revela que as transferências do OE representaram cerca de 37% do total, a mesma proporção do ano anterior.

Comparando o valor dos recebimentos com o homólogo de 2017, constata-se um aumento dos fundos líquidos em 2018 em 5%, visto que naquele ano, o total foi de €4.057.092,44. A receita relacionada com as receitas próprias contribuiu em grande parte para este aumento de €206.593,10. A verba relativa ao orçamento do estado aumentou em €80.000,00.

2.2.2 DESPESA

Quanto à despesa em 2018, foi executada e paga despesa no montante de €4.075.451,02. Os pagamentos ao pessoal (diretos e indiretos) assumem um peso significativo (€1.910.104,44), representando cerca de 47% do total e mais 2% face ao ano anterior.

No âmbito das despesas gerais, em 2018, destacam-se:

- As despesas relacionadas com a aquisição de géneros para a confeção de refeições, cujos pagamentos ascenderam a €645.246,48;
- Os encargos com instalações, tendo os pagamentos atingido o valor de €272.037,34;
- As transferências efetuadas para organismos sem finalidade lucrativa, ao abrigo de protocolos, ascenderam a €190.000,00;
- As despesas de capital atingiram €158.458,02.

2.2.3 VARIAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA

O saldo que transitou para a gerência de 2019, totalizou €232.399,42, sendo €220.199,54 se não tivermos em consideração as operações de tesouraria. Em síntese, ocorreu uma variação positiva relativamente ao saldo do ano anterior em €94.991,94.

O saldo que transitou da gerência de 2017, totalizou €137.407,48, sendo €130.782,39 caso não se tenha em consideração as operações de tesouraria.

3. ANÁLISE ECONOMICO-FINANCEIRA

Desde 1 de janeiro de 2018, a UTAD adotou o normativo contabilístico denominado “SNC-AP” (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas). De acordo com o referido normativo, as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas para efeitos comparativos podem basear-se no anterior normativo (POC-E). A UTAD optou por apresentar como comparativo os saldos após uma simples conversão para as rubricas das demonstrações financeiras definidas em SNC-AP, não tendo incluído o impacto dos ajustamentos de transição. A análise comparativa das demonstrações financeiras consolidadas de 2018 e 2017 deverá ser efetuada considerando a informação referente à transição que consta da nota 1.2 do Anexos às demonstrações financeiras consolidadas.

O perímetro de consolidação da UTAD inclui as seguintes entidades controladas: Serviços de Ação Social da UTAD e Rádio Universidade do Marão – Coop. Radio., CRL.

3.1 ANÁLISE DO BALANÇO CONSOLIDADO

As demonstrações financeiras consolidadas da UTAD relativas ao exercício de 2018 (Tabela 10), apresentam um ativo líquido de €69.413.289,82, um valor de património líquido de €41.651.072,62, sendo o seu passivo de €27.762.217,23.

Tabela 8 – Demonstrações financeiras

Rubrica	2018	(valores expressos em euros)	
		2017 SNC-AP	2017 POC-E
Ativo líquido	69.413.289,82	52.108.272,46	52.108.272,46
Património líquido	41.651.072,59	43.025.345,14	32.272.912,16
Passivo	27.762.217,23	9.082.927,32	19.835.360,30

Verificou-se um aumento no valor do ativo líquido entre 2017 e 2018 de cerca de 33,2%, que é essencialmente explicado pelo facto de o Grupo ter registado a totalidade do montante em dívida dos alunos relativa ao ano letivo 2018/2019 (o saldo da rubrica Clientes e Utentes inclui a dívida vincenda daquele ano letivo) e pelo facto de ter registado a dívida a receber relacionada com transferências/subsídios. Estes registos contabilísticos originaram também um aumento do passivo na rubrica de diferimentos relacionados com propinas e subsídios correntes.

No que respeita ao aumento do Património líquido consolidado, a variação ocorrida está relacionada com a alteração de normativo contabilístico uma vez que as transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo transferidos para resultados na

proporção dos respetivos gastos de depreciação e amortização. O peso relativo do Património líquido consolidado aumenta decorrente da aplicação do normativo SNC-AP.

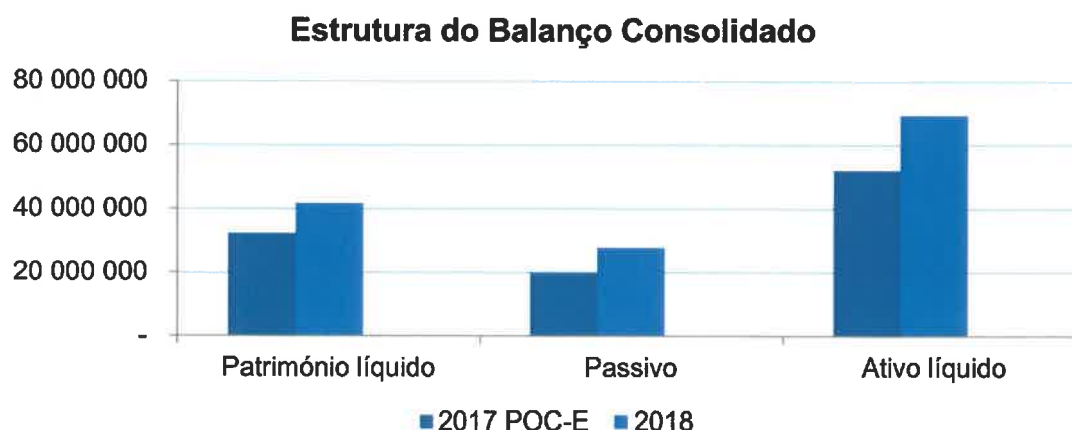


Figura 4 – Estrutura de balanço

Todas as rubricas do ativo estão valorizadas pelo custo de aquisição (princípio do custo histórico) e os itens mais antigos, que não apresentavam qualquer tipo de registo, pela avaliação feita por um técnico da Repartição de Finanças de Vila Real aquando da regularização do património da UTAD.

Tabela 9 – Estrutura do Ativo e do Passivo

Estrutura do Ativo	2018		2017 SNC-AP (1)		Variação
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)	
Ativos fixos tangíveis	45.242.130,94	65,2%	47.002.791,17	90,2%	-1.760.660,23
Ativos intangíveis	152.587,40	0,2%	109.023,16	0,2%	43.564,24
Participações financeiras	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00
Inventários	180.553,83	0,3%	114.635,54	0,2%	65.918,29
Clientes e utentes	5.432.577,98	7,8%	1.770.436,15	3,4%	3.662.141,83
Outras dívidas de terceiros corrente	16.616.974,93	23,9%	1.820.195,92	3,5%	14.796.779,01
Diferimentos	60.114,29	0,1%	17.851,37	0,0%	42.262,92
Caixa e depósitos	1.728.350,45	2,5%	1.273.339,15	2,4%	455.011,30
Total	69.413.289,82	100,0%	52.108.272,46	100,0%	17.305.017,36

(1) Os valores apresentados refletem os ajustamentos de transição para o normativo SNC-AP, conforme nota 1.2 das Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Estrutura do Passivo	2018		2017 SNC-AP (1)		Variação
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)	
Provisões	58.030,86	0,2%	0,00	0,0%	58.030,86
Fornecedores	787.165,44	2,8%	681.025,30	7,5%	106.140,14
Dívidas a terceiros-corrente	7.215.200,90	26,0%	6.942.140,96	76,4%	273.059,94
Diferimentos	19.701.820,03	71,0%	1.459.761,06	16,1%	18.242.058,97
Total	27.762.217,23	100%	9.079.586,72	100,0%	18.679.289,91

(1) Os valores apresentados refletem os ajustamentos de transição para o normativo SNC-AP, conforme nota 1.2 das Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

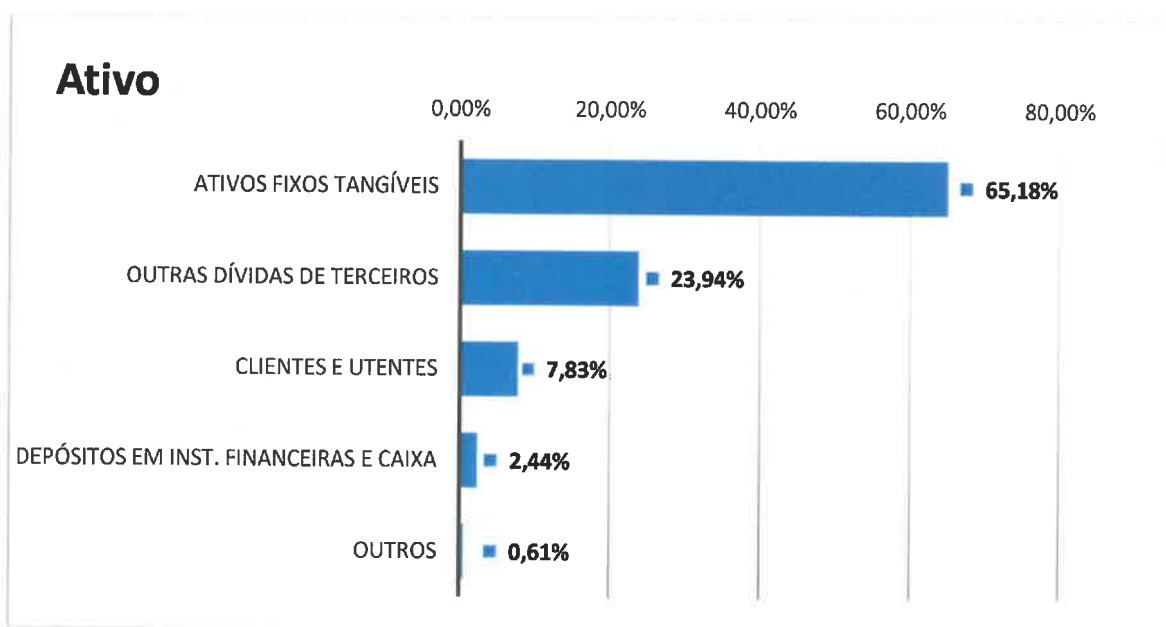


Figura 5 – Estrutura do Ativo Consolidado

Conforme já referido, o valor do ativo apresenta um aumento de €17.305.017,36 justificado pelo aumento das rubricas no ativo corrente de alunos e devedores por transferências e subsídios. Esta variação é explicada como segue:

- Registo da dívida vincenda do ano letivo 2018/19, o que representa uma variação de cerca de €3.727.000 euros.
- Reconhecimento do montante das transferências/subsídios obtidos sempre que existe uma garantia razoável que as despesas irão ser executadas e consequentemente recebidos os respetivo subsídio. O registo da dívida originou um aumento de cerca de €16.424.626 no ativo.

O montante da dívida de alunos, líquida de imparidades acumuladas, encontra-se detalhado como segue:

Tabela 10 – Dívida alunos

Dívida alunos	31-12-2018	31-12-2017
Propinas - 1º, 2º e 3º ciclo		
Ano letivo 2018/2019 (dívida vincenda)	3.811.107,59	
Ano letivo 2018/2019 (dívida vencida)	711.459,57	-
Ano letivo 2017/2018	433.501,93	767.643,71
Ano letivo 2016/2017	-	634.407,11
Outras propinas	88.825,00	-
TOTAL	5.044.894,09	1.402.050,82

No que respeita à dívida de alunos, nos últimos anos, a UTAD tem implementado um conjunto de procedimentos com vista a uma cobrança mais eficaz, tendo iniciado em janeiro de 2019 o processo de cobrança coerciva através da Autoridade Tributária. Ainda não é possível aferir quanto ao impacto desta iniciativa.

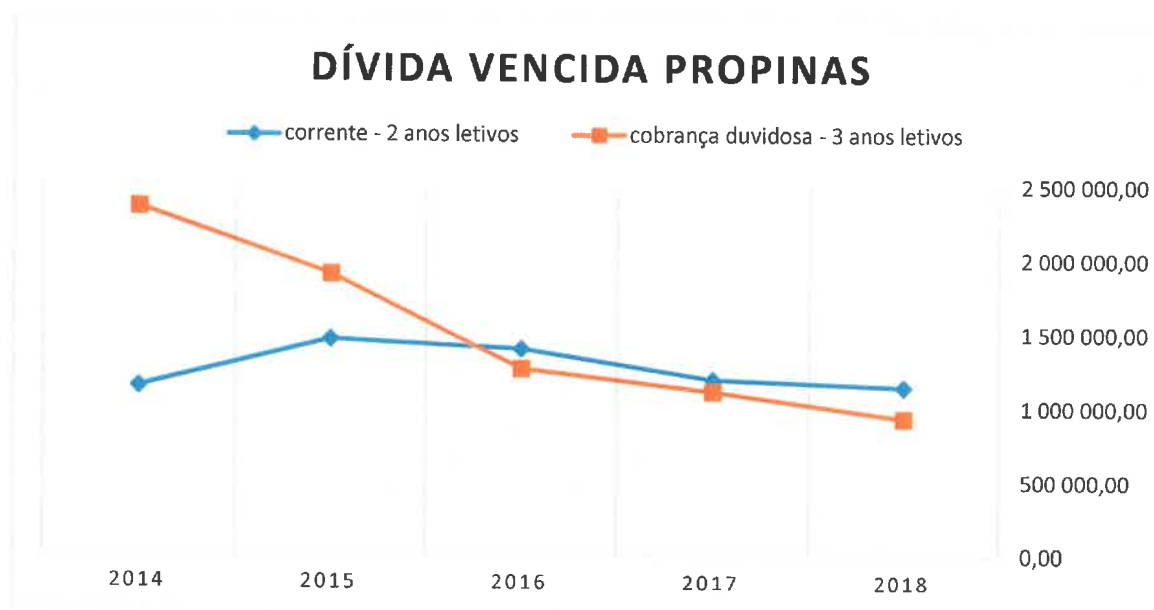


Figura 6 – Dívida vencida alunos

No que respeita aos ativos não correntes verificou-se uma redução de €1.717.095,99 (-3,6%) que tem origem na variação dos ativos fixos tangíveis que representam 61% do total do ativo. Esta diminuição dos ativos fixos tangíveis está relacionada com o registo das depreciações do período que ascenderam a €2.909.030,84. Durante o ano de 2018, foram realizados diversos investimentos nos ativos não correntes no valor total de €1.111.261,76 essencialmente relacionados com material informativo e mobiliário. Parte deste investimento foi financiado por transferências/subsídios tendo o respetivo rendimento sido registado no património líquido.

De referir que, com a conversão para o SNC-AP, foram efetuados alguns ajustamentos nestas rubricas nomeadamente no que respeita à reclassificação dos programas informáticos de ativos fixos tangíveis para ativos intangíveis (€109.023,16). De referir que as participações financeiras

minoritárias encontram-se registadas pelo valor nulo pelo facto de não ser expectável que o valor investido venha a ser recuperado.

Por último, a rubrica de Caixa e depósitos ascendeu a €1.728.350,45 tendo aumentado cerca de 35,7% e representa cerca de 2,5% do total do ativo.

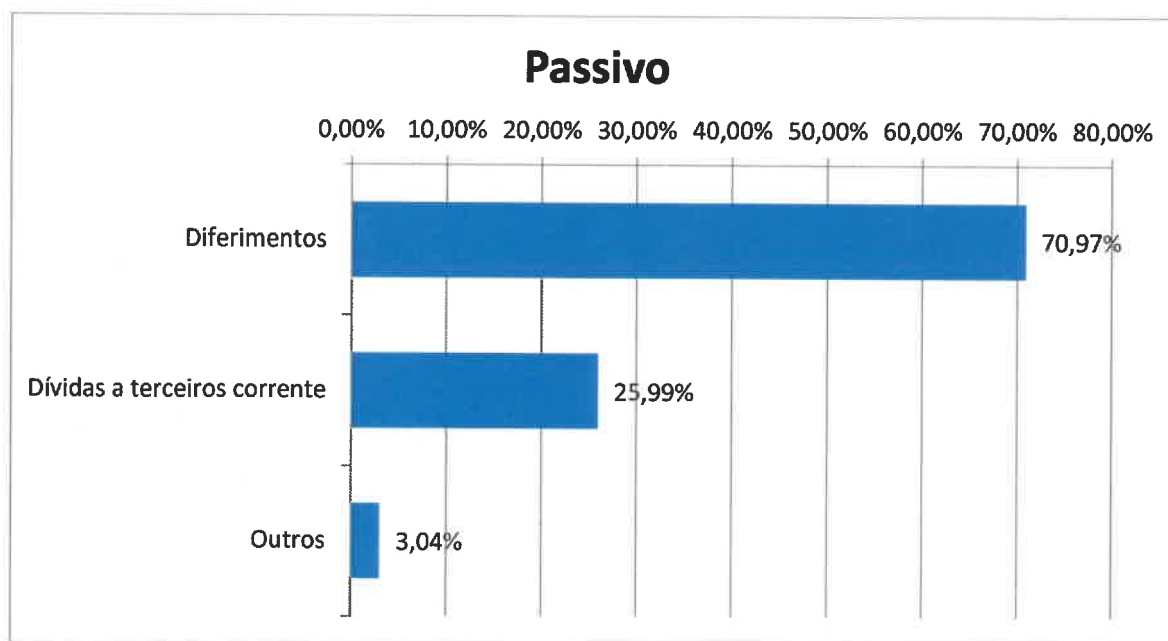


Figura 7 – Estrutura do Passivo

No que respeita ao passivo consolidado, na sequência do registo em 2018 da dívida vincenda de alunos e da dívida a receber relacionada com transferências e subsídios, o passivo corrente sofreu um aumento significativo de €18.245.399,57 na rubrica de diferimentos. O detalhe desta rubrica é o seguinte:

Tabela 11 – Diferimentos

Diferimentos	31-12-2018	31-12-2017 SNC-AP	31-12-2017 POC-E
Propinas	4.273.021,33	757.684,97	757.684,97
Subsídios a reconhecer	15.425.060,52	698.735,49	11.454.509,07
Outros	3.738,18	-	-
TOTAL	19.701.820,03	1.456.420,46	12.212.194,04

No que respeita ao património líquido consolidado, verificou-se um aumento de €9.378.160,46 em 2018, tendo atingido os €41.651.072,59, o que representa 60,0% do ativo. A rubrica de Outras variações no património líquido ascendeu a €13.511.850,85 e inclui, essencialmente, as Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciables

(€13.344.230,89). No normativo anterior (POC-E), as transferências e subsídios relativos a ativos depreciables encontravam-se relevadas no Passivo, na rubrica de Diferimentos. Assim, as variações ocorridas no período foram influenciadas em grande parte pela alteração do normativo contabilístico. De acordo com o SNC-AP, os subsídios relacionados com ativos depreciables são inicialmente registados na rubrica de Outras variações no património líquido sendo transferidos para resultados como rendimentos proporcionalmente ao respetivo gasto de depreciação e amortização dos bens investidos.

A rubrica de Resultados transitados apresenta um saldo -€3.030.596,53 e compreende os resultados líquidos acumulados de períodos anteriores, as regularizações que não afetaram os resultados do período, bem como os ajustamentos relacionados com a aplicação pela primeira vez do SNC-AP. Em 2018 a variação resultou, também, da aplicação do resultado líquido de 2017 de €218.752,15.

3.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

O resultado líquido do período é positivo, no montante de €84.074,13 (€218.752,15 em 2017), tendo sofrido uma diminuição face ao ano anterior de cerca de €134.678,02.



Figura 8 — Resultado líquido do período

3.3 ESTRUTURA DE RENDIMENTOS

A análise aos rendimentos permite verificar que no período ocorreu um aumento na ordem dos 7%. Este aumento é justificado essencialmente pelo comportamento das transferências e subsídios obtidos, sendo esta a principal rubrica representando em 2018 cerca de 78% do total dos rendimentos (2017: 77%).

Tabela 12 – Estrutura dos rendimentos

Rendimentos	2018		2017		Variação	
	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)	Absoluta	%
Impostos e taxas	8.045.877,07	14,2%	7.624.413,36	14,4%	421.463,71	5,5%
Vendas	193.652,91	0,3%	150.216,34	0,3%	43.436,57	28,9%
Prestações de serviços	3.387.514,23	6,0%	3.858.550,76	7,3%	-471.036,53	-12,2%
Transf correntes e subsídios à explor. obtidos	42.912.255,55	75,9%	39.489.977,94	74,7%	3.422.277,61	8,7%
Outros rend. e ganhos	2.009.170,42	3,6%	1.740.982,60	3,3%	268.187,82	15,4%
	56.548.470,18	100,0%	52.864.141,00	100,0%	3.684.329,18	7,0%

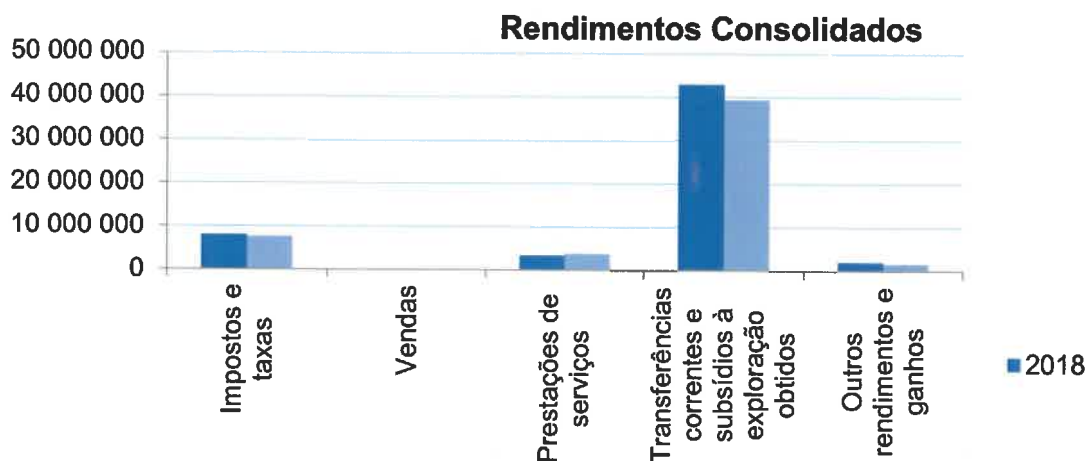


Figura 9 – Estrutura dos rendimentos consolidados

Em 2018, os rendimentos consolidado totalizaram €56.548.470,8, o que reflete um aumento de €3.684.329,18 no período. Para esta variação contribuíram essencialmente os rendimentos relacionados com as transferências do orçamento de estado e de entidades financiadoras de projetos de investigação que apresentaram um aumento de cerca de 8,7%. Esta rubrica de rendimentos tem um peso significativo: transferências do orçamento de estado representam 57% dos rendimentos do período (€32.222.651,00) e as transferências de entidades financiadoras de projetos (€10.689.604,55) representam 19%. Desta forma, as receitas da atividade relacionada com centros e projetos de I&D

continuam a contribuir de forma decisiva para o crescimento global da atividade da UTAD. Os principais projetos com transferências em 2018 foram os seguintes:

- ECO@UTAD-NORTE
- INTERACT_NORTE
- 01/SAMA/2015
- INNOVINE&WINE_NORTE-
- UID/AGR/4033/2013_Projecto Estratégico-CITAB/2015-2017
- DOUROTUR_NORTE
- U.NORTE INOVA_NORTE
- NanoSTIMA_NORTE-

Os rendimentos relativos a Impostos e taxas aumentaram cerca de 5,5%, devido essencialmente a um ligeiro aumento do número de estudantes desde 2016/2017 dos estudantes de formação inicial que ingressaram na UTAD.

Tabela 13 – Evolução do número de estudantes

Ano letivo	Número Estudantes
2008/09	6.825
2009/10	7.171
2010/11	7.531
2011/12	7.490
2012/13	7.278
2013/14	7.079
2014/15	6.784
2015/16	6.894
2016/17	6.609
2017/18	6.651
2018/19	6.708

No que respeita às vendas e prestações de serviços, esta rubrica totalizou em 2018 €3.581.167,14 (€4.008.767,10 em 2017). A diminuição verificada em 2018 tem origem na variação negativa ocorrida no valor das prestações de serviços prestadas pela Universidade (€751.004,92). A principal proveniência destas receitas, tem origem na venda de produtos agrícolas e silvícolas, realização de estudos, projetos e assistência tecnológica, prestação de serviços informáticos, realização de conferências, *workshops*, seminários e colaboração docente.

Por outro lado, as receitas relacionadas com alojamento, refeições e atividades desportivas, registaram um aumento de cerca de 15% (€288.553,28). A evolução de refeições servidas tem sofrido variações no sentido negativo, embora, de 2017 para 2018 se tenha verificado uma recuperação (aumento de cerca de €166.594) provavelmente por estarmos a equilibrar as ofertas com o que vamos aferindo ser as necessidades e as preferências do atual contexto socioeconómico. No que respeita ao alojamento, verificou-se uma evolução positiva de cerca de 8%.

Os Outros rendimentos representam 3,6% dos rendimentos e integram essencialmente os rendimentos a imputação de subsídios relacionados com ativos depreciables (€1.827.258,38).

3.4 ESTRUTURA DE GASTOS CONSOLIDADOS

Em 2018, a estrutura de gastos sofreu um aumento de cerca de 7%, tendo o peso dos gastos com pessoal diminuído (representa 68% em 2018, quando em 2017 representava 73%).

Tabela 14 – Estrutura de gastos

Gastos	2018		2017		Variação	
	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)	Absoluta	%
Custo das merc. vend. e das mat. consum.	691.610,71	1,2%	656.945,07	1,25%	34.665,64	5,28%
Fornecimentos e serviços externos	8.753.458,53	15,5%	6.536.709,39	12,42%	2.216.749,14	33,91%
Gastos com o pessoal	38.615.217,59	68,4%	38.510.378,38	73,15%	104.839,21	0,27%
Transferências e subsídios concedidos	4.985.033,89	8,8%	3.577.184,94	6,79%	1.407.848,95	39,36%
Prestações sociais	28.532,00	0,1%	19.361,00	0,04%	9.171,00	47,37%
Imparid. de dívidas a receber (perdas/reversões)	159.290,16	0,3%	207.855,29	0,39%	-48.565,13	-23,36%
Provisões (aumentos/reduções)	58.030,86	0,1%	0,00	0,00%	58.030,86	Na
Outros gastos e perdas	263.671,41	0,5%	409.133,00	0,78%	-145.461,59	-35,55%
Gastos/revers. de deprec e de amortização	2.909.030,84	5,2%	2.727.821,78	5,18%	181.209,06	6,64%
	56.463.875,99	100,00%	52.645.388,85	100,00%	3.818.487,14	7,25%

O total de gastos consolidados do Grupo no exercício de 2018 representaram um aumento na ordem dos 7,3% relativamente ao ano anterior. Este aumento deve-se essencialmente ao aumento do valor de fornecimentos e serviços externos e transferências e subsídios concedidos.

No que respeita aos fornecimentos e serviços externos o aumento verificou-se nas rubricas de "Consumo de mercadorias", nomeadamente produtos químicos e de laboratório, "Trabalhos especializados" e "Energia". Uma parte deste aumento está relacionado com despesas decorrentes da execução de projetos de investigação.

Relativamente às transferências correntes, conforme referido anteriormente, o aumento está relacionado com o valor das transferências para as entidades parceiras de projetos e algumas devoluções devido aos acertos finais dos projetos com as entidades financiadoras.

Os gastos com pessoal não sofreram alteração relevante (€104.839,21). Esta rubrica é a que representa um peso mais significativo no total dos gastos (cerca de 68%). A variação ocorrida é explicada pelo ligeiro aumento do número de funcionários nos SASUTAD. Assim, no que respeita ao número de funcionários o Grupo apresenta, em 2018, 1.083 trabalhadores (569 docentes, 511 não docentes, 3 investigadores). Em 2017 o número total ascendia a 1.073 funcionários.

No que respeita aos docentes, a distribuição por categoria é a seguinte:

	Categorias	F	M	N.º	ETI
Docentes do Ensino Superior Universitário	Professor Catedrático	21	9	30	30
	Professor Associado com Agregação	34	11	45	45
	Professor Associado	22	7	29	29
	Prof. Auxiliar com Agregação	19	13	32	32
	Professor Auxiliar	132	142	274	274
	Prof. Auxiliar Convocado	25	19	44	44
	Assistente Convocado	33	23	56	19,35
	Leitor	0	3	3	2,2
Docentes do Ensino Superior Politécnico	Professor Coordenador com Agregação	1	0	1	1
	Professor Coordenador sem Agregação	1	5	6	6
	Professor Adjunto	8	9	16	16
	Prof. Adjunto Convocado e Assistente Convocado	12	21	33	11,9
TOTAL DOCENTES					
Investigadores	Investigador Auxiliar com Agregação	1	0	1	1
	Investigador Auxiliar	1	1	2	2
	Investigadores Doutorados – Emprego Científico	1	1	2	2
TOTAL DE INVESTIGADORES		3	2	5	5

Tabela 15 – Pessoal docente

Ad
H
Gest

Quanto ao pessoal não docente, ocorreu um ligeiro aumento passando de 508 em 2017 para 513 em 2018. Este aumento é influenciado pelo número de funcionários da RUM.

Quanto às depreciações e amortizações o valor do período corresponde à aplicação da vida útil estimada para cada um dos bens, tendo o Grupo optado por adotar as taxas de depreciação e amortização do CC2 para os bens adquiridos após 1 de janeiro de 2018, com a exceção da rubrica de edifícios e outras construções.

No que respeita aos Outros gastos esta rubrica reflete, essencialmente, o gasto com impostos (€46.798,79), quotizações (€46.294,36) e as correções relativas a períodos anteriores (€98.616,86).

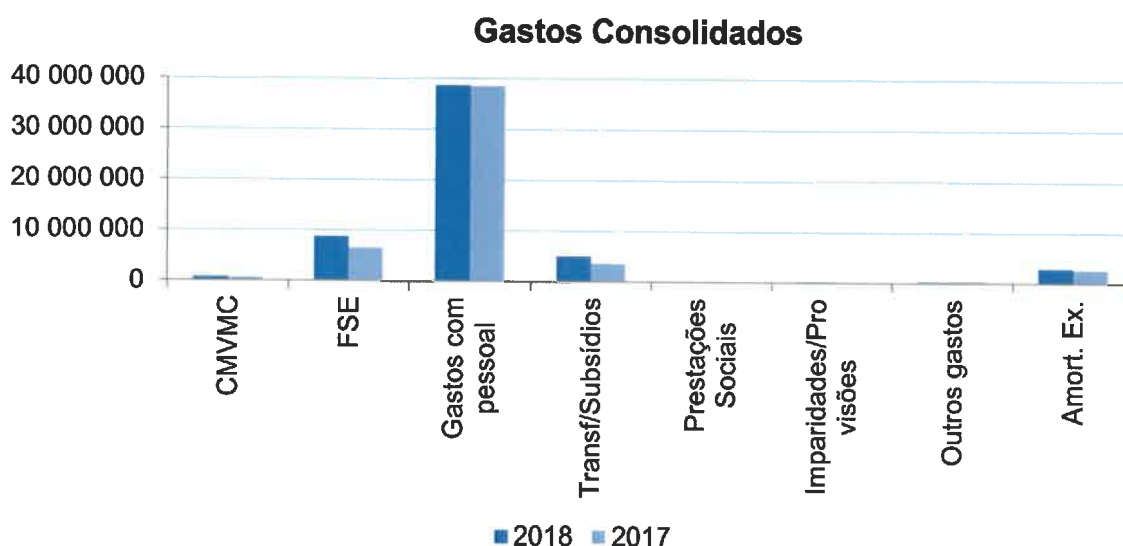


Figura 10 – Estrutura de gastos consolidados

3.5 OUTRAS INFORMAÇÕES

À data de 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Grupo não tinha dívida a instituições de crédito.

O Conselho de Gestão informa que a situação perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária e Aduaneira se encontra regularizada, pelo que não existe qualquer dívida vencida.

Vila Real, 15 de maio de 2019

O Conselho de Gestão,

Professor Doutor António A. Fontainhas Fernandes
Reitor

Professor Doutor Artur Fernando Arede Cristóvão
Vice-Reitor

Prof. Doutora Elsa Rocha de Sousa Justino
Administradora

Dr. Baltazar Sousa Cruz
Diretor dos Serviços Financeiros e Patrimoniais

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

4.1 BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade: Euro

	NOTAS	31.12.2018	31.12.2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	2, 5	45.242.130,94	47.111.814,33
Ativos intangíveis	2, 3	152.587,40	0,00
Participações financeiras	20	-	-
		45.394.718,34	47.111.814,33
Ativo corrente			
Inventários	2, 10	180.553,83	114.635,54
Devedores por transferências e subsídios	2, 18	16.424.626,03	-
Cientes, contribuintes e utentes	2, 18	5.432.577,98	1.770.436,15
Estado e outros entes públicos	18	14.807,81	8.626,26
Outras contas a receber	2, 18	177.541,09	1.811.569,66
Diferimentos	2, 23	60.114,29	17.851,37
Caixa e depósitos	2, 18	1.728.350,45	1.273.339,15
		24.018.571,48	4.996.458,13
Total do Ativo		69.413.289,82	52.108.272,46
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		31.081.952,21	31.081.952,21
Reservas	2, 23	0,00	10.647,44
Resultados transitados	2, 23	(3.030.596,53)	961.560,36
Ajustamentos em ativos financeiros		-	-
Outras variações no património líquido	2, 23	13.511.850,85	-
Resultado líquido do período		84.074,13	218.752,15
Interesses que não controlam		3.791,96	0,00
Total do Património Líquido		41.651.072,62	32.272.912,16
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	58.030,86	-
		58.030,86	-
Passivo corrente			
Fornecedores	18	787.165,44	681.025,30
Adiantamentos de clientes, contrib. e utentes	18	960,00	0,00
Estado e outros entes públicos	18	1.363.348,74	1.351.099,95
Fornecedores de investimentos	2,18	67.196,35	299.704,93
Outras contas a pagar	2,18	5.783.695,81	5.291.336,08
Diferimentos	2, 23	19.701.820,03	12.212.194,04
		27.704.186,37	19.835.360,30
Total do Passivo		27.762.217,23	19.835.360,30
Total do Património Líquido e Passivo		69.413.289,82	52.108.272,46

Nota: As demonstrações referentes a 31-12-2017 foram preparadas tendo por base o normativo contabilístico POC-E.

4.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA DO PERÍODO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31.12.2018	31.12.2017
Impostos e taxas	2, 14	8.045.877,07	7.624.413,36
Vendas	2, 13	193.652,91	150.216,34
Prestações de serviços	2, 13	3.387.514,23	3.858.550,76
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	2, 14	42.912.255,55	39.489.977,94
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2, 10	(691.610,71)	-656.945,07
Fornecimentos e serviços externos	2,23	(8.753.458,53)	-6.536.709,39
Gastos com o pessoal	2,23	(38.615.217,59)	(38.510.378,38)
Transferências e subsídios concedidos	2,23	(4.985.033,89)	(3.577.184,94)
Prestações sociais	2,23	(28.532,00)	(19.361,00)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	2, 9	-159.290,16	-207.855,29
Provisões (aumentos/reduções)	2, 15	-58.030,86	0,00
Outros rendimentos e ganhos	2, 23	2.009.170,42	1.740.982,60
Outros gastos e perdas	2, 23	-263.671,41	-409.133,00
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		2.993.625,03	2.946.573,93
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	2, 3, 5	-2.909.030,84	-2.727.821,78
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		84.594,19	218.752,15
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados		-11,00	0,00
Resultado antes de impostos		84.583,19	218.752,15
Imposto sobre o rendimento		-386,50	-
Resultado líquido do período		84.196,69	218.752,15
Resultado líquido do período atribuível a:		84.074,13	218.752,15
Detentores do capital da entidade-mãe		122,56	-
Interesses que não controlam		181.572,32	218.752,15

Nota: As demonstrações referentes a 31-12-2017 foram preparadas tendo por base o normativo contabilístico POC-E.

4.3 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla							Unidade: Euro	
		Capital/ Património Subscrito	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do património líquido
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	31.081.952,21	10.647,44	961.560,36	-	-	218.752,15	32.272.912,16	-	32.272.912,16
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	1.2		(10.647,44)	(4.219.591,65)		14.982.672,07		10.752.432,98		10.752.432,98
Transferências e subsídios de capital	2,14					(1.550.389,72)		(1.550.389,72)		(1.550.389,72)
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	2,			227.434,76	-	79.568,50	(218.752,15)	88.251,11	3.669,40	91.920,50
	(2)	-	(10.647,44)	(3.992.156,89)	-	13.511.850,85	(218.752,15)	9.290.294,37	3.669,40	9.293.963,76
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)						84.074,13	84.074,13	122,56	84.196,69
RESULTADO INTEGRAL	(4)=(2)+(3)									
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	(5)	-	-	-	-	-	9.374.368,50	9.374.368,50	3.791,96	9.378.160,45
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	31.081.952,21	(0,00)	(3.030.596,53)	-	13.511.850,85	84.074,13	41.647.280,66	3.791,96	41.651.072,61

4.4 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA DO PERÍODO FINO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	Notas	Unidade: Euro	2018	2017
Fluxos de Caixa das atividades operacionais				
Recebimentos de clientes			2.530.187,39	3.557.500,78
Recebimentos de contribuintes			0,00	0,00
Recebimentos de utentes			8.942.531,63	8.875.281,18
Pagamentos a fornecedores			-9.925.187,49	-6.641.043,34
Pagamentos ao pessoal			-20.316.916,39	-19.834.611,40
Caixa gerada pelas operações			-18.769.384,86	-14.042.872,78
Pagamentos/Recebimentos do Imposto sobre o rendimento			-4,88	0,00
Outros recebimentos / pagamentos			20.395.919,04	13.709.482,33
Fluxos de caixa das atividades opera. (a)			1.626.529,30	-333.390,45
Fluxos Caixa atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis			-1.268.463,65	-1.705.376,57
Ativos intangíveis			0,00	0,00
Propriedades de investimento			0,00	0,00
Investimentos financeiros			0,00	0,00
Outros ativos			0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis			0,00	0,00
Ativos intangíveis			0,00	0,00
Propriedades de investimento			0,00	0,00
Investimentos financeiros			0,00	0,00
Outros ativos			0,00	0,00
Subsídios ao investimento			39.841,00	0,00
Transferências de capital			0,00	0,00
Juros e rendimentos similares			0,00	0,00
Dividendos			0,00	0,00
Fluxos caixa atividades investimento (b)			-1.228.622,65	-1.705.376,57
Fluxo Caixa actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos			0,00	0,00
Realizações capital e outros inst. capital			0,00	0,00
Cobertura de prejuízos			0,00	0,00
Doações			57.151,66	45.916,85
Outras operações de financiamento			19,51	0,00
Pagamentos respeitantes a:			0,00	0,00
Financiamentos obtidos			0,00	0,00
Juros e gastos similares			-66,52	0,00
Dividendos			0,00	0,00
Redução capital e outros instrumentos capital			0,00	0,00
Outras operações financiamento			0,00	0,00
Fluxos caixa actividades financiamento (c)			57.104,65	45.916,85
Variação caixa e equivalentes (a+b+c)			455.011,30	-1.992.850,17
Efeito das diferenças de câmbio			0,00	0,00
Caixa e Equivalentes Caixa início período			1.273.339,15	3.266.189,32
Caixa e Equivalentes Caixa fim período	1		1.728.350,45	1.273.339,15
CONCILIAÇÃO CAIXAS E EQUIV E SALD GERÊNCIA				
Caixa e seus equivalentes no início do período			1.273.339,15	3.266.189,32
- Equivalentes a caixa no início do período			0,00	0,00
- Variações cambiais caixa início período			0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior			1.273.339,15	3.266.189,32
De execução orçamental			1.772.936,79	46.024,75

De operações de tesouraria	-499.597,54	26.022,93
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.719.480,98	1.273.339,15
- Equivalentes a caixa no fim do período	0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa fim do período	0,00	0,00
= Saldo da gerência seguinte	1.719.480,98	1.273.339,15
De execução orçamental	1.945.842,79	1.772.936,79
De operações de Tesouraria	-226.361,81	-499.597,54

Nota: As demonstrações referentes a 31-12-2017 foram preparadas tendo por base o normativo contabilístico POC-E.

AA
Z
Q
gax

4.5 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 31 de dezembro 2018

1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1. Identificação da entidade, período de relato

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro (Grupo) foram preparadas em conformidade com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

A UTAD tem a sua sede na Quinta de Prados, apartado 1013, na cidade de Vila Real, sendo tutelada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), número de pessoa coletiva 501 345 361, com Código da classificação orgânica nº 09 1 03 49 00.

Entidades que integram o perímetro de consolidação:

▪ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

A Universidade é uma pessoa coletiva de direito público dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar, podendo realizar ações com outras entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, participando ou criando associações com ou sem fins lucrativos, tendo como limite as finalidades e interesse da Instituição.

▪ Serviços de Ação Social da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Os Serviços de Ação Social (SASUTAD) têm a sua sede no edifício do Codessais, na cidade de Vila Real e estão sob a tutela do MCTES e número de Pessoa Coletiva 600 039 366. A presidência do Conselho de Ação Social e do Conselho Administrativo é exercida pelo Reitor.

Os SASUTAD são uma unidade orgânica da UTAD, dotada de autonomia administrativa e financeira, designada no artigo 88º, do Capítulo III, Título V, dos Estatutos da UTAD, no Despacho Normativo n.º 63/2008, de 9 de dezembro, com personalidade jurídica, Regulamento Orgânico e quadro de pessoal próprio.

▪ Rádio Universidade do Marão, Cooperativa Rad., CRL

A rádio é um órgão de comunicação social vocacionado para servir a comunidade de Vila-Real e concelhos limítrofes, nomeadamente, prestando informação sobre os vários domínios da vida social e coletiva. O seu estatuto editorial rege-se por parâmetros de deontologia de ética inerentes ao serviço público que pretende prestar.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a large 'X' and a signature.

A RUM, designada de Universidade FM, começou a emitir de uma cave do edifício ex-DRM, em Vila Real, em 5 de Maio de 1986. A partir de 1 de Dezembro de 1989 passou a deter licença para o concelho de Vila Real e instalou os estúdios na Quinta do Espadanal. Deste 2004, tem os estúdios em uma das residências universitárias da UTAD.

As notas respeitam a numeração sequencial definida no SNC-AP. As notas cuja numeração é omissa não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas.

Os valores constantes das demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 31 de dezembro de 2018, não são inteiramente comparáveis com os valores do exercício de 2017, uma vez que o Grupo optou por apresentar a informação comparativa tendo por base o normativo contabilístico anterior (POC-Educação). A análise comparativa deverá se efetuada considerando a informação constante da nota 1.2 do presente Anexo.

Todos os montantes apresentados nestas notas explicativas são apresentados em euros, salvo se expressamente referido em contrário.

I – Legislação

O Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro é uma Pessoa Coletiva de Direito Público, com autonomia administrativa, financeira e património próprio, criado pelo Decreto Lei 60/86 de 22 de março, com NIPC n.º 501 346 361, com sede em Vila Real.

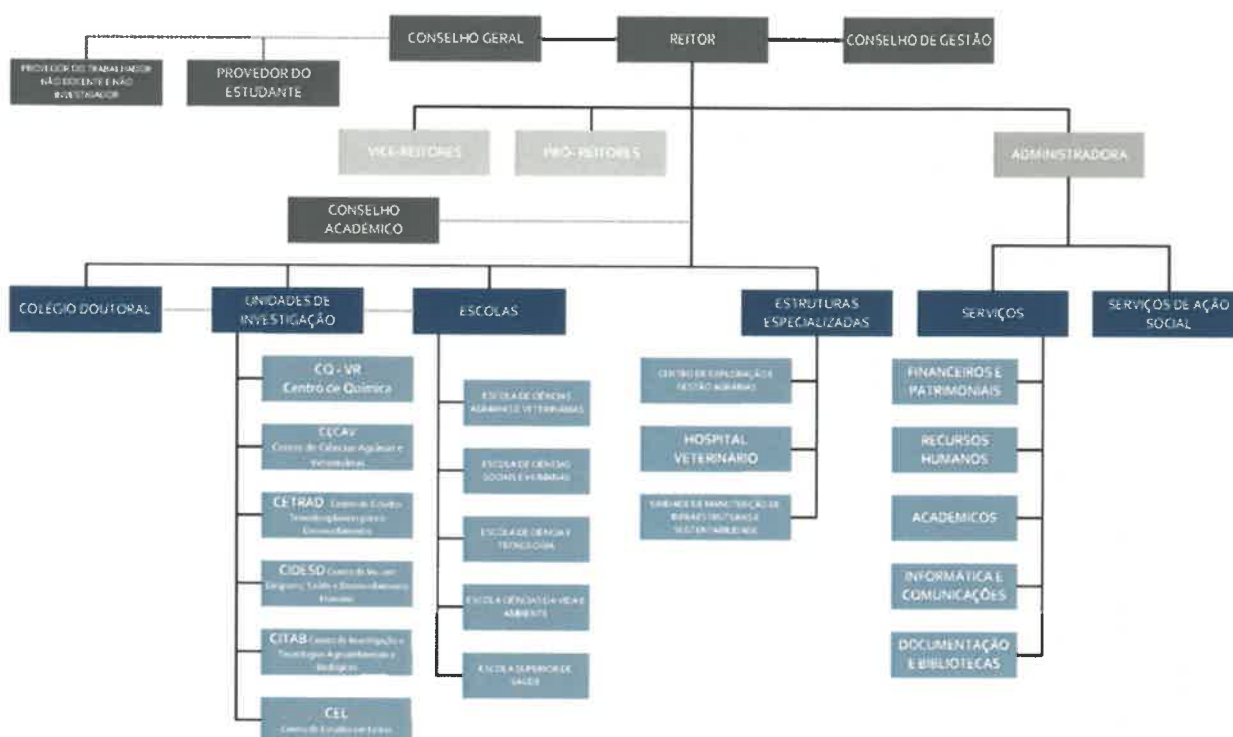
II - Estrutura organizacional da Universidade

São órgãos da Universidade:

- O Conselho Geral
- O Reitor
- O Conselho de Gestão
- O Provedor do Estudante
- O Conselho Académico
- A Comissão de Ética

O Conselho Geral pode, por iniciativa própria ou do Reitor, criar outros órgãos de natureza consultiva, definindo a respetiva composição e competências. A organização da UTAD em 2017 pode ser esquematizada da seguinte forma:

ORGANOGRAMA UTAD



No que respeita à organização institucional, a UTAD organiza-se em unidades distintas quanto aos objetivos, estrutura, autonomia e natureza:

- Unidades de Ensino e Investigação - Escolas
- Unidades de Investigação - Centros de Investigação
- Serviços
- Serviços de Ação Social
- Outras Unidades

Descrição sumária das atividades

- Escolas

As unidades de ensino e investigação, também designadas por Escolas, são de natureza universitária ou politécnica.

As escolas de natureza universitária são unidades orgânicas vocacionadas para a realização continuada de tarefas de ensino, investigação, transferência de ciência e tecnologia, de difusão de cultura e de prestação

Handwritten signatures and initials in the top right margin.

de serviços especializados, gozando de autonomia científica, pedagógica e administrativa. Atualmente existem as seguintes Escolas:

- Escola de Ciências Agrárias e Veterinárias (ECAV)
- Escola de Ciências Humanas e Sociais (ECHS)
- Escola de Ciências e Tecnologia (ECT)
- Escola de Ciências da Vida e do Ambiente (ECVA)

A Escola Superior de Saúde, de natureza politécnica, encontra-se orientada para a criação, transmissão e difusão da cultura e do saber de natureza profissional, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental. É uma unidade orgânica com autonomia científica, pedagógica e administrativa, definida em Estatutos próprios e adequados aos da UTAD.

• Centros de Investigação

Os centros de investigação são estruturas direcionadas para a realização de tarefas de investigação, de transferência de ciência e de tecnologia, de difusão da cultura e de prestação de serviços especializados que, quando sejam unidades orgânicas, apresentam autonomia científica.

Os centros de investigação da UTAD são:

- Centro de Ciência Animal e Veterinária (CECAV)
- Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD)
- Centro de Investigação de Desporto, Saúde e Desenvolvimento Humano (CIDESD)
- Centro de Investigação e de Tecnologias Agroambientais e Biológicas (CITAB)
- Centro de Estudos em Letras (CEL)
- Centro de Química (CQ)

• Serviços Administrativos

Os serviços são unidades funcionais, hierarquicamente organizadas, orientadas para o apoio técnico e administrativo permanente, necessário ao funcionamento da Universidade e da sua estrutura organizativa.

Os serviços em vigor são os seguintes:

- Serviços Académicos (SA)
- Serviços de Documentação e Bibliotecas (SDB)
- Serviços de Informática e de Comunicações (SIC)
- Serviços de Recursos Humanos (SRH)
- Serviços Financeiros e Patrimoniais (SFP)

• Outras Unidades

A Universidade dispõe de outras estruturas de suporte às atividades de ensino, de investigação, de prestação de serviços e de difusão da cultura humanística, artística, científica e tecnológica que se inserem no âmbito da missão da Universidade.

Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2018, a UTAD tinha 950 trabalhadores: 569 docentes, 378 não docentes e 3 investigadores. Exerciam funções, ainda, um Professor Catedrático, no cargo de Vice-Reitor, uma Assistente Técnica em regime de mobilidade nos Serviços de Recursos Humanos e um Técnico Superior em regime de mobilidade, no Gabinete de Apoio ao Reitor. O pessoal docente de carreira possui um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e os docentes convidados têm um contrato de trabalho em funções a termo resolutivo certo, para o exercício de funções num período temporal circunscrito, face às necessidades das unidades orgânicas.

Organização contabilística

A contabilidade encontra-se organizada tendo por base as disposições previstas no SNC-AP. A contabilidade da UTAD encontra-se centralizada. Os serviços financeiros mantêm um conjunto de procedimentos contabilísticos e administrativos de forma a dar cumprimento com o definido no SNC-AP. Desta forma, encontram-se instituídas definições de responsabilidades, despachos de delegação de competências e segregação de funções.

Relativamente a aplicações informáticas, a Universidade mantém um conjunto de aplicações de suporte aos registos contabilísticos, nomeadamente, o sistema ERP GIAF com apoio técnico da Indra.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a Entidade.

A adoção das NCP ocorreu pela primeira vez em 2018, pelo que a data de transição do referencial contabilístico anterior, Plano Oficial de Contabilidade - Educação, para este normativo é 1 de janeiro de 2018.

Nos termos da NCP 1, os efeitos reportados à data de transição para o SNC-AP (1 de janeiro de 2018) foram registados no património líquido.

A UTAD optou por apresentar as demonstrações financeiras do ano anterior (31 de dezembro de 2017) tendo por base o anterior normativo (POC-E), conforme previsto no Manual de implementação do SNC-AP emitido pela Comissão de Normalização Contabilística. Assim, a comparabilidade entre as demonstrações financeiras de 2018 e 2017 deve ser efetuada considerando a informação constante nesta nota.

No quadro que se segue, explicitam-se os ajustamentos de transição e as reclassificações de conversão efetuadas nas últimas demonstrações financeiras anuais apresentadas (31 de dezembro de 2017), nomeadamente a reconciliação do património líquido e do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2017, obtidos de acordo com o normativo POC-E e os respetivos montantes relatados de acordo com o SNC-AP.

31.12.2017				
RUBRICAS	POC-E 31.12.2017	Reclassificações de conversão para SNC-AP	Ajustamentos de transição para SNC-AP	SNC-AP 01.01.2018
ATIVO				
ATIVO NÃO CORRENTE				
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	47.111.814,33	(109.023,16)	-	47.002.791,17
ATIVOS INTANGÍVEIS	-	109.023,16	-	109.023,16
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	-	-	-	-
	47.111.814,33	-	-	47.111.814,33
ATIVO CORRENTE				
INVENTÁRIOS	114.635,54			114.635,54
DEVEDORES POR TRANS E SUBSÍDIOS NÃO REEMB.				-
CLIENTES, CONTRIBUINTES E UTENTES	1.770.436,15			1.770.436,15
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	8.626,26			8.626,26
OUTRAS CONTAS A RECEBER	1.811.569,66			1.811.569,66
DIFERIMENTOS	17.851,37			17.851,37
CAIXA E DEPÓSITOS	1.273.339,15			1.273.339,15
	4.996.458,13	-	-	4.996.458,13
TOTAL DO ATIVO	52.108.272,46	-	-	52.108.272,46

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

RUBRICAS	31.12.2017			
	POCP 31.12.2017	Reclassificações de conversão para SNC-AP	Ajustamentos de transição para SNC-AP	SNC-AP 01.01.2018
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
PATRIMÓNIO/CAPITAL	31.081.952,21			31.081.952,21
RESERVAS	10.647,44	5.454.225,76	151.173,73	5.616.046,93
RESULTADOS TRANSITADOS	961.560,36		(151.173,73)	810.386,63
AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS	-	-	11.613,39	11.613,39
OUTRAS VAR. NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		5.298.207,22	-	5.298.207,22
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	218.752,15			218.752,15
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	32.272.912,16	10.752.432,98	-	43.025.345,14
PASSIVO				
PASSIVO CORRENTE				
FORNECEDORES	681.025,30	-	-	681.025,30
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	1.351.099,95	-	-	1.351.099,95
FORNECEDORES DE INVESTIMENTOS	299.704,93	-	-	299.704,93
OUTRAS CONTAS A PAGAR	5.291.336,08	-	-	5.291.336,08
DIFERIMENTOS	12.212.194,04	(10.752.432,98)	-	1.459.761,06
	19.835.360,30	(10.752.432,98)	-	9.082.927,32
TOTAL DO PASSIVO	19.835.360,30	(10.752.432,98)	-	9.082.927,32
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	52.108.272,46	-	-	52.108.272,46

DESCRIÇÃO	31-12-2017
PATRIMÓNIO LÍQUIDO - POC-E	32.272.912,16
RECONHECIMENTO SUBSIDIOS AO INVESTIMENTO	10.752.432,98
APLICAÇÃO DO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	11.613,39
-	10.752.432,98
PATRIMÓNIO LÍQUIDO - SNC-AP	43.025.345,14

A reexpressão mais significativa diz respeito aos subsídios relativos a capital obtidos, anteriormente contabilizados como proveitos diferidos, e agora reconhecidos no Património Líquido nos termos do SNC-AP. Ocorreram ainda reexpressões ao nível dos Ativos Tangíveis e Intangíveis, nomeadamente no que diz respeito ao software. Também nas rubricas de “Outras contas a pagar (...) e a receber”, existiram alterações, contudo sem qualquer impacto no Património líquido.

O ajustamento de transição refletido no mapa acima é relativo à alteração da política contabilística, nos termos da NCP 23 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos. A UTAD mensurou as

participações financeiras onde existe uma influência significativa pelo método da equivalência patrimonial.

A adoção pela primeira vez do novo normativo não originou alterações na demonstração dos resultados do período findo em 31 de dezembro de 2017. Resultou em pequenos ajustes de reclassificação decorrente da nova estrutura da demonstração.

1.3. Comparabilidade

Conforme já referido acima a comparabilidade das demonstrações financeiras consolidadas entre 2018 e 2017 deverá ter em conta o facto de a partir de 1 de janeiro de 2018 as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). As diferenças encontram-se detalhadas na nota 1.2 no presente Anexo.

Adicionalmente, as demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018 incluem uma alteração no perímetro de consolidação através da inclusão da participação na Rádio Universidade do Marão. Este facto deverá também ser tido em conta na análise comparativa entre 2017 e 2018. De forma a proporcionar informação necessária para que seja possível efetuar esta análise juntamos os valores da RUM de 31-12-2017 para as principais rubricas do balanço e demonstração dos resultados:

RUBRICAS	31.12.2018	31.12.2017
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	27.649,17	30.334,08
Ativos intangíveis	1.960,92	3.921,30
	29.610,09	34.255,38
Ativo corrente		
Clientes, contribuintes e utentes	10.298,35	43.375,46
Estado e outros entes públicos	6.780,46	8.325,88
Outras contas a receber	6.835,09	
Diferimentos	1.127,08	1.002,59
Caixa e depósitos	8.869,47	8.204,56
	33.910,45	106.001,41
Total do Ativo	63.520,54	140.256,79
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património/Capital	28.750,00	28.750,00
Reservas	3.750,00	3.750,00
Resultados transitados	-42.165,05	-21.523,11
Outras variações no património líquido	37.797,12	31.128,51
Resultado líquido do período	939,64	812,83
Total do Património Líquido	29.071,71	42.918,23

RUBRICAS	31.12.2018	31.12.2017
PASSIVO		
Passivo corrente		
Credores por transferências e subsídios concedidos		
Fornecedores	8.775,62	25.356,16
Estado e outros entes públicos	2.068,41	1.846,13
Outras contas a pagar	19.866,62	
Diferimentos	3.738,18	0,00
Outros passivos financeiros		70.136,27
	34.448,83	97.338,56
Total do Passivo	34.448,83	97.338,56
Total do Património Líquido e Passivo	63.520,54	140.256,79

RENDIMENTOS E GASTOS	31.12.2018	31.12.2017
Prestações de serviços	33.364,40	26.859,31
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	32.378,85	60.000,00
Fornecimentos e serviços externos	-31.201,48	-30.048,78
Gastos com o pessoal	-56.700,72	-51.105,99
Outros rendimentos e ganhos	41.424,25	12.593,78
Outros gastos e perdas	-2.894,28	-3.495,78
	8.869,47	
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	16.371,02	14.802,54
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-15.033,88	-13.522,57
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	1.337,14	1.279,97
Juros e gastos similares suportados	-11,00	
Resultado antes de impostos	1.326,14	1.279,97
Imposto sobre o rendimento	-386,50	-467,14
Resultado líquido do período	939,64	812,83

Desagregação da rubrica Caixa e depósitos bancários

A 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o saldo de caixa e de depósitos bancários encontra-se disponível para uso e decompunha-se da seguinte forma:

	31.12.2018	31.12.2017
Caixa	3.628,61	2.769,09
Depósitos à ordem	-	-
- Depósitos à ordem no Tesouro	1.330.531,10	792.046,64
- Depósitos bancários à ordem	388.190,74	478.523,42
Outros Depósitos bancários	6.000,00	-
TOTAL	1.728.350,45	1.273.339,15

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, de acordo com as Normas da Contabilidade Pública.

a) Consolidação

As contas da Universidade foram consolidadas pelo método da simples agregação no que se refere à integração dos SASUTAD. Este método consiste na soma linha por linha dos balanços e das demonstrações dos resultados das entidades pertencentes ao grupo público. As transações e os saldos entre as entidades foram eliminados no processo de consolidação. Considera-se que a informação constante das demonstrações financeiras consolidadas se encontra homogeneizada.

No que respeita à Rádio Universidade do Marão, uma vez que a participação nesta entidade é detida em mais de 50% foi utilizado o método de consolidação integral através da integração das diversas rubricas do balanço de demonstração dos resultados. O património líquido e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados nas rubricas "Interesses que não controlam".

Quando os prejuízos atribuíveis aos acionistas/sócios minoritários excedam o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os acionistas/sócios minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Handwritten marks and signatures in the top right corner.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das participadas para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método das quotas constantes, durante um período de três anos de acordo com o Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade, sejam controláveis pela Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais.

As despesas de desenvolvimento para as quais a entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente às quais seja provável que o seu ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto no período em que são incorridas.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Na transição para o SNC-AP foram mantidas as vidas úteis dos Ativos intangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2017.

c) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis da Entidade encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os aumentos ao valor contabilístico em resultado de revalorizações são creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis nos capitais próprios da Entidade. As reduções que possam ser compensadas por anteriores revalorizações do mesmo ativo são movimentadas contra a respetiva rubrica de excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis. As restantes reduções são reconhecidas na demonstração dos resultados como perdas por imparidade.

Quando os ativos revalorizados são alienados, o montante que se encontra reconhecido em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados. Adicionalmente, o montante de realização anual do excedente associado aos bens reintegráveis, é também transferidos para a rubrica “Resultados Transitados”.

Ah
7
12
gma

As depreciações são calculadas, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, tendo em conta o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Para o efeito, são utilizadas as taxas de depreciação que refletem a vida útil estimada dos bens definidas no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento e que substituiu a Portaria 671/2000:

	ANOS
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	20
EQUIPAMENTO BÁSICO	3 – 8
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	4 – 10
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	4 – 8
OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	4 – 8

Para os ativos fixos tangíveis afetos a atividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D), a partir de 1 de janeiro de 2017, passou a utilizar-se o método das quotas degressivas, que origina um gasto decrescente durante a vida útil do ativo. Tendo em conta que a I&D, se caracteriza por equipamentos sujeitos a uma obsolescência tecnológica elevada, a utilização deste tipo de ativos é, em regra, superior nos primeiros anos da sua vida útil e menor nos últimos anos, pelo que esta opção é adequada.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativo ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Na transição para o SNC-AP foram mantidas as vidas úteis dos Ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2017.

d) Locações

O registo das locações financeiras ou operacionais é efetuado em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmentetodososriscosevantagensinerentesàpropriedadedoativo. As restantes locações são classificadas como operacionais. A UTAD mantém contratos de locação operacional.

e) Investimentos financeiros

AN

0

hans

Conforme definido na NCP 23, as participações em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas, são mensuradas pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido ao valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. As participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica "Ajustamentos em ativos financeiros". Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos a empresas interligadas e de outros empréstimos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como custo as perdas de imparidade que se demonstrem existir.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

f) Imparidade dos ativos não correntes

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado excede a quantia recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados do período. A quantia recuperável é a mais alta entre o justo valor menos custos de vender do ativo e o seu valor de uso.

O valor de uso é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo, no caso dos "Ativos não geradores de Caixa", e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil, no caso dos "Ativos geradores de Caixa".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados (ganhos).

g) Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros que com empréstimos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime de acréscimo, excepto nos casos em estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

AA
X
①
grs

h) Inventários

São reconhecidos como inventários, entre outros, os bens adquiridos para revenda, as matérias-primas e os materiais usados na produção, os produtos acabados ou os produtos em curso de produção.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado, o valor realizável líquido ou o custo de reposição.

Caso os inventários se encontrem registados por um valor superior ao que se espera obter do seu valor de venda ou de uso, reconhece-se perdas por imparidade.

i) Instrumentos financeiros

i. Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

ii. Financiamentos

Os financiamentos são registados no passivo pelo seu valor nominal, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico dos financiamentos caso não sejam liquidados durante o período.

Sempre que existe direito de cumprimento obrigatório de compensar ativos e passivos e a Direção pretenda liquidar, numa base líquida, ou realizar a ativo a liquidar simultaneamente o passivo, os mesmos são compensados, e apresentados no balanço pelo seu montante líquido.

iii. Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

Handwritten notes and signatures in the top right margin, including a circled '10' and a signature.

iv. *Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio*

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

v. *Letras e cheques descontados*

A Entidade desreconhece ativos financeiros nas suas demonstrações financeiras, unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a tais ativos já tiver expirado, ou quando a Entidade transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes a posse de tais ativos para uma terceira entidade. Se a Entidade reter substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras os mesmos, registando no passivo na rubrica "Financiamentos Obtidos" a contrapartida monetária pelos ativos cedidos.

Consequentemente, os saldos de clientes titulados por letras e cheques descontados e não vencidos à data de cada balanço são reconhecidas nas demonstrações financeiras da Entidade, no Passivo, até ao momento do seu recebimento.

vi. *Caixa e equivalentes de caixa*

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Ao nível da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e depósitos" compreende também os descobertos bancários, incluídos na rubrica do passivo corrente "Financiamentos obtidos".

j) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como:

- (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da empresa; ou
- (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a Entidade. A Entidade não reconhece ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras mas apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para a Entidade forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

k) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional (Euro), utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como ganhos e perdas na demonstração dos resultados do período.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a large 'Z' and other illegible marks.

l) Benefícios dos empregados

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

m) Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

n) Reconhecimento de rendimentos

▪ Rendimento de transações com contraprestação

Os rendimentos de transações com contraprestação resultam de venda de bens ou prestação de serviços a terceiros ou outras entidades públicas, ou do uso por terceiros de ativos da entidade rendendo juros, royalties, dividendos e distribuições similares.

O rendimento proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando estejam satisfeitas a seguintes condições:

- i. *os riscos e vantagens significativos da propriedade e controlo dos bens, tenham sido transferidos para o comprador;*
- ii. *não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos;*
- iii. *a quantia do rendimento possa ser fiavelmente mensurada;*
- iv. *seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluam para a entidades; e*
- v. *os gastos suportados ou a suportar referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.*

No caso das prestações de serviços, quando o desfecho de uma transação puder ser estimado com fiabilidade, o rendimento associado a essa transação é reconhecido com referência à fase de acabamento do contrato à data do relato (método da percentagem de acabamento).

▪ Rendimentos de transações sem contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação, englobam impostos e transferências (sejam de caixa ou não) incluindo transferências financeiras (correntes e de capital), subsídios, perdão de

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a large 'Z' and a signature.

dívidas, multas e outras penalidades, legados, ofertas, doações e bens em espécie e a parte não transacionada em mercado de empréstimos bonificados.

O reconhecimento dos rendimentos é efetuado da seguinte forma:

i. Impostos

- reconhecidos quando o acontecimento tributável ocorrer com exceção de algumas circunstâncias extraordinárias em que o reconhecimento pode ser posterior ao acontecimento tributável; e
- os adiantamentos recebidos antes de o acontecimento tributável ocorrer são reconhecidos como passivo.

O valor da faturação relacionado com propinas é reconhecido como dívida no momento de matrícula do aluno por contrapartida da relevação do correspondente Passivo (Diferimentos). Os rendimentos são reconhecidos na proporção de 4/12 no ano da inscrição, sendo os restantes 8/12 reconhecidos no ano seguinte, em consonância com o ano letivo.

ii. Transferências

- reconhecidos quando o acontecimento ocorrer; e
- os adiantamentos recebidos antes de o acontecimento ocorrer são reconhecidos como passivo.

Os subsídios recebidos destinados a financiar despesas correntes são registados como rendimento do período ("Transferências e subsídios") na parte correspondente aos gastos incorridos durante o período, independentemente do momento do recebimento dos mesmos, registando-se no Ativo ("acréscimos de rendimentos"), os valores a receber por conta de despesas já incorridas, e no Passivo ("rendimentos diferidos"), os adiantamentos.

Os subsídios recebidos para financiar despesas de capital são diferidos no balanço, na rubrica de Outras variações do património líquido, sendo transferidos para rendimentos, através da rubrica de Outros ganhos, em proporção idêntica aos encargos anuais com a depreciação dos bens subsidiados.

▪ **Receitas próprias faturáveis**

Relativamente às receitas que têm por base a emissão de uma fatura, o reconhecimento do rendimento ocorre no momento da emissão da mesma, sendo ajustado no final do exercício da seguinte forma:

- Nos projetos plurianuais em que existe um controlo de gastos, os rendimentos são registados de acordo com a respetiva percentagem de acabamento;
- Nos projetos plurianuais em que não existe um controlo de gastos, o montante global a faturar ao cliente é dividido pelo período estimado de duração do projeto, sendo imputado o rendimento ao exercício no proporcional do período decorrido desde o seu início. Assim, caso o rendimento a reconhecer segundo este método seja superior ao montante já reconhecido

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a large '7' and a signature.

como rendimento através da emissão da fatura, o diferencial é reconhecido como rendimento do exercício, por contrapartida da rubrica de "Devedores por **acréscimos** de rendimentos". Caso o rendimento a reconhecer segundo este método seja inferior ao montante já reconhecido, o diferencial é diferido, por contrapartida da rubrica de "Rendimentos a reconhecer".

▪ Orçamento do Estado

O montante do Orçamento de Estado atribuído para despesas correntes é reconhecido como rendimento do exercício ("Transferências e Subsídios Correntes Obtidos") no momento da sua entrada, por débito da conta do ativo "Depósitos à ordem".

A parcela do Orçamento de Estado destinada a despesas de capital é diferida no balanço na rubrica de "Transferências e subsídios de capital" no Património Líquido, sendo transferida para rendimento através da rubrica de "Outros Rendimentos e Ganhos", em proporção idêntica aos encargos anuais com a depreciação dos bens subsidiados.

o) Reconhecimento de gastos

A entidade regista os seus gastos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o qual os gastos são reconhecidos à medida que são incorridos, independentemente do momento em que são pagos.

p) Enquadramento fiscal

De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 9.º do Código sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a UTAD goza de isenção parcial de IRC, uma vez que a referida isenção não compreende os rendimentos de capitais, tal como são definidos para efeitos de IRS.

q) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no Anexo às demonstrações financeiras.

r) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Gerência da Empresa baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 incluem:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;

- Registo de provisões e perdas de imparidade;
- Análises de imparidade de ativos não correntes;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas

3. Ativos intangíveis

3.1 Divulgações sobre ativos intangíveis:

Os elementos dos ativos intangíveis são depreciados pelo método da linha reta, durante a sua vida útil. A amortização é calculada numa base duodecimal tendo por base o período de vida útil de referência previsto no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, para os bens adquiridos após 1 de janeiro de 2018.

3.2 Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

Rubricas	Início do período 31.12.2017				Final do período 31.12.2018			
	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada
Projetos de desenvolvimento	2.319,41	2.319,41	-	-	2.319,41	2.319,41	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	-	-	-	-	1.591.541,53	1.439.738,06	-	151.803,47
Propriedade industrial e intelectual	361,87	361,87	-	-	1.145,80	361,87	-	783,93
Outros ativos intangíveis	35.132,00	35.131,91	-	-	35.131,91	35.131,91	-	0,09
TOTAL	37.813,28	37.813,19	-	-	1.630.138,65	1.477.551,25	-	152.587,49

3.3 Ativos intangíveis – quantia escriturada e variações do período

Os movimentos na rubrica ativos intangíveis durante o ano 2018 e em 2017 são os que se seguem:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações					Quantia escriturada final
		Transição SNC-AP	Adições	Amortizações do período	Reversões de amortizações acumuladas	Diminuições	
Projetos de desenvolvimento							
Programas de computador e sistemas de informação	3.137,37	109.023,16	115.475,30	(75.832,36)	-	-	151.803,47
Propriedade industrial e intelectual	783,93	-	-	-	-	-	783,93
TOTAL	3.921,30	109.023,16	115.475,30	(75.832,36)	-	-	152.587,40

O movimento no período está relacionado com a reclassificação de alguns bens no âmbito da transição para SNC-AP de ativo fixo tangível para ativo intangível (nomeadamente, software), no valor de €109.023,16.

As adições de software realizadas no período referem-se a compras efetuadas a entidades terceiras.

3.4 Ativos intangíveis – totalmente amortizados e ainda em uso

A 31 de dezembro de 2018, os programas de computador totalmente amortizados, mas ainda em estado de uso detalham-se como se segue:

Descrição	Quantia escriturada inicial	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada final
Software Research RT	43.740,34	43.740,34	-
Software Microsoft-Licença Campus Agreement	35.940,82	35.940,82	-
Plataforma de Gestão de Identidades Dgital	154.883,57	154.883,57	-
Programa de Gestão para os Serviços Académicos - SIGACAD	39.708,61	39.708,61	-
Software para implementação da Plataforma LTV	34.236,00	34.236,00	-
Licença Campus Agreement 2006	90.120,00	90.120,00	-
Upgrade Software Microscópio de Epifluorescência Axiplan 2	51.032,71	51.032,71	-
Diversos softwares e licenças	837.710,81	837.710,81	-
Projetos de Desenvolvimento	2.319,41	2.319,41	-
Renovação direitos Oracle	361,87	361,87	-
Diverso software – cantinas, bares	19.559,78	19.559,78	-
Diverso software área administrativa	15.938,86	15.938,86	-
Estudos e pareceres residências	35.131,91	35.131,91	-
Renovação direitos Oracle	361,87	361,87	-
TOTAL	1.361.046,56	1.361.046,56	-

Handwritten marks: a signature, a circled 'N', and another signature.

4. Acordos de concessão de serviços

O Grupo UTAD não tem acordos de concessão de serviços.

5. Ativos fixos tangíveis

5.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

O Grupo amortiza os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método da linha reta, durante a sua vida útil estimada. A depreciação tem por base, como referência, as taxas de depreciação máximas previstas no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento para os bens adquiridos após 1 de janeiro de 2018.

5.2 Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

Rubricas	Início do período 31.12.2017				Final do período 31.12.2018			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumul.	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumul	Quantia escriturada
Outros ativos fixos tangíveis:								
Terrenos e recursos naturais	879.964,41	-	-	879.964,41	879.964,41	-	-	879.964,41
Edifícios e outras construções	55.361.107,23	(16.402.391,60)	-	38.958.715,63	55.508.551,72	(17.255.779,80)	-	38.252.771,92
Equipamento básico	31.234.180,11	(25.056.462,77)	-	6.177.717,34	32.292.148,67	(27.329.646,85)	-	4.962.501,82
Equipamento de transporte	115.644,45	(88.732,20)	-	26.912,25	272.387,42	(150.829,36)	-	121.558,06
Equipamento administrativo	5.200.474,42	(4.491.919,79)	-	708.554,63	4.481.365,77	(3.888.127,57)	-	593.238,20
Equipamento biológico	96.516,20	(78.521,20)	-	17.995,00	102.916,20	(83.086,60)	-	19.829,60
Outros ativos fixos tangíveis	3.398.566,04	(3.056.610,97)	-	341.955,07	2.461.640,03	(2.113.183,66)	-	348.456,37
Ativos fixos tang. em curso	-	-	-	-	63.810,56	-	-	63.810,56
TOTAL	96.286.452,86	(49.174.638,53)	-	47.111.814,33	96.062.784,78	(50.820.653,83)	-	45.242.130,94

5.3 Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

Os movimentos na rubrica ativos fixos tangíveis durante o ano 2018 e em 2017 são os que se seguem:

Rubricas	Quantia escriturada inicial Início do período	Variações					Quantia escriturada final
		Transição SNC-AP	Adições	Transferências	Depreciações do período	Diminuições	
Outros ativos fixos tangíveis:							
Terrenos e recursos naturais	879.964,41	-	-	-	-	-	879.964,41
Edifícios e outras construções	38.958.715,63	-	185.434,04	16.628,80	(908.006,55)	-	38.252.771,92
Equipamento básico	6.177.717,34	(73.315,47)	647.134,82	(138.370,72)	(1.646.031,95)	(4.632,20)	4.962.501,82
Equipamento de transporte	26.912,25	-	-	126.881,62	(32.235,81)	-	121.558,06
Equipamento administrativo	708.554,63	(35.707,69)	78.012,75	(14.098,45)	(143.224,40)	(298,64)	593.238,20
Equipamento biológico	17.995,00	-	6.400,00	-	(4.565,40)	-	19.829,60
Outros ativos fixos tangíveis	341.955,07	-	14.994,29	91.219,10	(99.134,36)	(577,73)	348.456,37
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	63.810,56	-	-	-	63.810,56
TOTAL	47.111.814,33	(109.023,16)	995.786,46	82.260,35	(2.833.198,47)	(5.508,57)	45.242.130,94

Em 2018, os valores referentes a aquisições referem-se a compras a entidades terceiras e dizem respeito essencialmente a material informativo e material utilizado em projetos de investigação.

No que respeita aos valores em “Transferências” estão relacionados com o impacto em cada uma das rubricas de uma análise efetuada pela UTAD entre os valores constantes do módulo de património e os valores registados na contabilidade.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Composição dos ativos fixos tangíveis

Rubricas	Descrição
Outros ativos fixos tangíveis:	
Terrenos e recursos naturais	Esta rubrica inclui terrenos onde estão implantados os edifícios da Reitoria e Unidades Orgânicas.
Edifícios e outras construções	Esta rubrica inclui edifícios onde estão implantados os edifícios da Reitoria e Unidades Orgânicas.
Equipamento básico	Esta rubrica inclui e equipamentos destinados ao ensino e à investigação.
Equipamento de transporte	Esta rubrica inclui viaturas utilizadas pela instituição bem como a aquisição de bicicletas no âmbito do projeto U-Bique Portugal (POSEUR).
Equipamento administrativo	Esta rubrica inclui diverso equipamento de escritório e informático utilizado pelos serviços administrativos da UTAD.
Equipamento biológico	Esta rubrica inclui animais utilizados na atividade de ensino e investigação.
Ativos tangíveis em curso	Trabalhos realizados em terrenos da Quinta de Prados.

5.4 Ativos fixos tangíveis – totalmente depreciados e ainda em uso

A 31 de dezembro de 2018, os ativos fixos tangíveis totalmente depreciados, mas ainda em estado de uso detalham-se como se segue:

Descrição	Quantia escriturada inicial	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada final
Edifícios e outras construções			
Edifícios	3.344,40	(3.344,40)	-
Equipamento básico			
Equipamento informático e de telecomunicações	262.329,21	(262.329,21)	-
Equipamento informático e de telecomunicações	5.306,28	(5.306,28)	-
Equipamento e material de laboratório	13.829,65	(13.829,65)	-
Equipamento de ensaio de propriedades físicas	748,79	(748,79)	-
Equipamento de medida	1.914,76	(1.914,76)	-
Instrumentos óticos e equipamento fotográfico	2.664,63	(2.664,63)	-
Equipamento de desenho, topografia e cartografia	897,00	(897,00)	-
Instrumentos para medida do tempo e paisagem	477,63	(477,63)	-
Equipamento para investigação e formação	32.277,00	(32.277,00)	-
Equipamentos e aparelhos médico-cirúrgicos	110.036,27	(110.036,27)	-
Equipamento de imagiologia	12.349,99	(12.349,99)	-
Equipamento de instrução médica	1.775,00	(1.775,00)	-
Outro equipamento médico	5.920,78	(5.920,78)	-

AS
R
JBR

Descrição	Quantia escriturada Inicial	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada final
Equipamento recreativo, de educação física e desporto	6.629,00	(6.629,00)	-
Equipamento e dispositivos auxiliares de instrução,	11.297,80	(11.297,80)	-
Equipamento e material audiovisual	18.260,86	(18.260,86)	-
Instrumentos musicais e equipamento de orquestra	225,00	(225,00)	-
Outro material audiovisual	39.302,98	(39.302,98)	-
Equipamento de cozinha, bar e cafetaria	45.296,57	(45.296,57)	-
Equipamento de lavandaria e roupa	8.905,53	(8.905,53)	-
Equipamento de aquecimento, climatização e re-	8.209,82	(8.209,82)	-
Equipamento de limpeza e conservação	2.425,56	(2.425,56)	-
Material complementar de hotelaria	500,00	(500,00)	-
Material de hotelaria	69,90	(69,90)	-
Utensílios e ferramentas para jardinagem	19.781,20	(19.781,20)	-
Equipamento de produção e distribuição de energia	170,00	(170,00)	-
Equipamento para a construção civil	3.720,00	(3.720,00)	-
Equipamento para diversas indústrias	107.400,06	(107.400,06)	-
Equipamento especializado para manuseamento e	45,00	(45,00)	-
Sistemas de sinalização e alarme	2.190,00	(2.190,00)	-
Diverso mobiliário	1.161.198,92	(1.161.198,92)	-
Equipamento de transporte			
Veículos automóveis ligeiros e mistos de passageiros	119.198,35	(119.198,35)	-
Veículos automóveis pesados de passageiros	164.649,25	(164.649,25)	-
Veículos automóveis de mercadorias (ligeiros e pe-	56.723,32	(56.723,32)	-
Equipamento administrativo			
Equipamento informático	211.122,37	(211.122,37)	-
Equipamento de telecomunicações	75.391,54	(75.391,54)	-
Dispositivos de comunicações com fibras óticas	1.588,91	(1.588,91)	-
Máquinas e equipamento de escritório	2.972,04	(2.972,04)	-
Equipamento de reprografia	40.124,42	(40.124,42)	-
Mobiliário de escritório e de arquivo	277.749,85	(277.749,85)	-
Outro equipamento administrativo	22.271,98	(22.271,98)	-
Outros ativos fixos tangíveis			
Mobiliário de oficina	6.075,00	(6.075,00)	-
Ferramentas, utensílios e máquinas ligeiras	10.004,11	(10.004,11)	-
Mobiliário e equipamento comum (excluindo mo-	117.240,09	(117.240,09)	-
Equipamento de ar condicionado e de circulação	185.372,76	(185.372,76)	-
Equipamento de aquecimento de ambiente e aque-	10.044,55	(10.044,55)	-
Outro mobiliário	773.551,79	(20.103,62)	-
Equipamento para acondicionamento de embalagem	100,00	(100,00)	-
TOTAL	3.963.679,92	(3.963.679,92)	-

AN
P
bax

6. Locações

A UTAD em 31 de dezembro de 2018 mantinha os seguintes contratos de locação operacional referente a diversas viaturas:

Bens locados	Valor contrato	Pagamentos efetuados acumulados		Pagamentos futuros até 1 ano
		Pagamentos mínimos período	Pagamentos mínimos acumulados	
Equipamento de transporte	235.855,80	73.179,00	189.382,65	46.473,15
TOTAL	210.100,80	62.486,40	171.647,10	38.453,70

9. Imparidade de ativos

9.1 Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

As perdas e reversões de imparidade, ocorridas no período findo em 31 de dezembro de 2018, foram reconhecidas na formação do resultado, pelo total de impacto determinado na rubrica correspondente. O impacto foi calculado do seguinte modo:

	31.12.2018	31.12.2017
Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados:		
Imparidade de dívidas a receber- clientes	287.772,43	417.969,36
Imparidade de inventários	-	-
	287.772,43	417.969,36
Reversões de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados:		
Imparidade de dívidas a receber	128.482,27	210.114,07
Imparidade de inventários	-	-
	128.482,27	210.114,07
TOTAL	159.290,16	207.855,29

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreram os seguintes movimentos em perdas por imparidade:

Imparidades reconhecidas	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Outros	Saldo final
Imparidade dívidas a receber - clientes	1.402.236,46	43.073,35	4.070,50	-	1.441.239,31
Imparidade dívidas a receber - alunos	2.764.043,97	244.699,08	(124.411,77)	-	2.884.331,28
Imparidade dívidas a receber - outros devedores	17.500,00	-	-	-	17.500,00
TOTAL	4.183.780,43	287.772,43	128.482,27		4.343.070,59
Imparidades de dívidas a receber (período)		159.290,16			

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

A constituição de imparidades para cobrança duvidosa de clientes foi efetuada de acordo com a expectativa de cobrabilidade dos valores em dívida. Genericamente, foram constituídas para os créditos, que não do Estado (sentido lato), em mora há mais de 12 meses desde a data do respetivo vencimento e para as quais existiam diligências para o seu recebimento. A taxa de utilizada para cálculo da imparidade foi de 100%.

O reforço registado no período refere-se essencialmente a "Alunos" e diz respeito à dívida vencida relativa ao ano letivo 2016/2017. As reversões correspondem a valores que foram recebidos ou regularizados durante o período (ver nota 18). Assim, a constituição de imparidades relativas a alunos integra a totalidade da dívida dos anos letivos anteriores a 2017/2018. Em 2017, a imparidade relativa a alunos foi reforçada em €368.068,72.

10. Inventários

10.1 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A Entidade valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

A quantia escriturada dos inventários descriminava-se da seguinte forma:

Rubricas	Início do período 31.12.2017			Final do período 31.12.2018		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	102.040,07	-	102.040,07	150.376,41	-	150.376,41
Matérias-primas, subsid. e de cons.	12.595,47	-	12.595,47	30.177,42	-	30.177,42
TOTAL	114.635,54	-	114.635,54	180.553,83	-	180.553,83

AA
P
bent

10.2 Movimentos do período

O valor de Inventários é resultante dos seguintes movimentos desde o início do ano até 31 de dezembro de 2018:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/gastos	Variação nos inventários de produção	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias	102.040,07	76.880,76	28.544,42	-	-	-	-	150.376,41
Matérias-primas, subsid. e de cons.	12.595,47	680.648,24	663.066,29	-	-	-	-	30.177,42
TOTAL	114.635,54	757.529,00	691.610,71	-	-	-	-	180.553,83

13. Rendimento de transações com contraprestação

13.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rendimento incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- Vendas** - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação passam ser fiavelmente mensurados.
- Prestações de serviços** - são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do **balanço**.

13.2 Quantia de rendimento proveniente da troca de bens ou serviços incluídos em cada categoria significativa de rendimento:

Tipo de rendimento	31.12.2018	31.12.2017
Vendas		
Vendas de mercadorias	193.652,91	183.897,04
Prestação de serviços	3.387.514,23	3.824.870,06
TOTAL	3.581.167,14	4.008.767,10

AA
Z
N
gaa

Tipo de rendimento	31.12.2018	31.12.2017
Vendas		
Fotocópias, Impressos e Publicações	64.378,85	65.356,81
Leite	40.152,10	21.696,22
Animais	22.544,86	31.387,35
Produtos Vitícolas	40.783,99	35.195,90
Outros Bens	25.793,11	30.260,76
Prestação de Serviços		
Serviços refeições	1.177.294,76	1.054.739,48
Serviços alojamento	511.535,53	471.717,62
Serviços específicos setor da educação	887.559,33	937.273,48
Estudos, pareceres, projetos de consultadoria	13.963,95	106.424,17
Realização de Análises	203.837,74	195.863,40
Serviços Clínicos	266.695,97	258.642,07
Atividades desportivas	242.838,81	172.158,60
Outros serviços	83.788,14	628.051,24
TOTAL	3.581.167,14	4.008.767,10

14. Rendimento de transações sem contraprestação

14.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de rendimentos provenientes de transações sem contraprestação

Os subsídios recebidos destinados a financiar despesas correntes são registados como rendimento do exercício ("Transferências e Subsídios Correntes Obtidos") na parte correspondente aos gastos incorridos durante o exercício, independentemente do momento do recebimento dos mesmos, registando-se no passivo ("Rendimentos a Reconhecer") os adiantamentos. Os subsídios recebidos para financiar despesas de capital são diferidos no balanço na rubrica de "Transferências e subsídios de capital" no Património Líquido, sendo transferidos para rendimentos, através da rubrica de "Outros Rendimentos e Ganhos", em proporção idêntica aos encargos anuais com a depreciação dos bens subsidiados.

NA
Z
C
bca

14.2 Quantia de rédito proveniente de transações sem contraprestação reconhecidas durante o período

Impostos, Contribuições e Taxas

Tipo de rendimento	31.12.2018	31.12.2017
Taxas		
Propinas	7.218.814,51	6.792.854,11
1º ciclo	4.673.501,30	4.161.381,55
2º ciclo	1.469.915,58	1.419.729,77
3º ciclo	584.911,72	454.294,48
Mestrado integrado	330.873,29	657.262,44
Outras propinas	159.612,62	100.185,87
Taxas de matrícula	158.862,00	1.242,50
Taxas de Exames, Melhorias, etc.	169.702,50	-
Seguro escolar	20.045,90	152,50
Complementos de formação	-	277,00
Outras taxas	-	233.642,38
Multas	37.445,92	10,00
Emolumentos	441.006,24	596.234,87
TOTAL	8.045.877,07	7.624.413,36

Transferências

	31.12.2018		31.12.2017	
	Rendimentos do período reconhecidos em			
Tipo de rendimento	Resultados	Património líquido	Resultados	Património líquido
Transferências				
- Orçamento de Estado	32.122.651,00		31.961.954,00	
- PIDDAC	100.000,00		100.000,00	
- Empresas Privadas			498,00	
- Empresas Sem Fins Lucrativos	124.752,33		30.544,72	
- Projetos	8.961.949,41		5.850.595,60	
- Outros	1.114.831,50	13.344.230,89	1.177.259,28	10.899.497,62
Subsídios				
- Organismos Públicos	-		2.770,00	
- Administração Local	89.025,68		90.916,85	
- Organismos Privados	399.045,63		275.439,49	
- Organismos Privados	42.912.255,55	13.344.230,89	39.489.977,94	10.899.497,62

O saldo referente a outras transferências refere-se a projetos de investigação sendo os projetos mais relevantes o Interact Norte, Innovine&Wine Norte, DouroTur Norte, NanoStima, ECO@UTAD, SAMA UNORTE Inova e UID/AGR. Em 2016, destaca-se o Promoagro, Interact, Innovine&Wine Norte, NanoStima e Forward Erasmus. O saldo desta rubrica reflete o impacto da especialização do proveito, em função da despesa associada a cada projeto.

AA
Z
60A

Tipo de rendimento	Quantias por receber	
	Início do período	Final do período
Transferências		
Propinas e taxas	1.194.165,11	5.044.894,09
Orçamento de Estado	-	-
Transferências e subsídios	-	16.424.626,03
TOTAL	1.194.165,11	21.469.520,12

O saldo referente a devedores por transferências e subsídios reflete o valor em dívida dos projetos co-financiados. Destacam-se os projetos Interact Norte, Innovine&Wine Norte, DouroTur Norte, diversos programas doutorais.

15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O Grupo reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado; seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Em 31 de Dezembro de 2018, o Grupo constituiu uma provisão de €58.030,56 relacionada com dois processos judiciais onde é expectável que a Universidade venha a incorrer em responsabilidades futuras: dois processos relacionados com reclamação para pagamento de vencimentos a dois docentes decorrentes de caducidade do contrato (€53.030,86) e processo de reclamação para pagamento de indemnização a docente, a título de compensação por não renovação do contrato (€5.000,00).

Relativamente a passivos contingentes, a Universidade é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião de especialistas, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada a respetiva provisão. Tendo por base a avaliação efetuada concluiu-se pela divulgação dos processos judiciais em curso abaixo indicados sendo entendimento do Conselho de Gestão que da resolução dos referidos processos não resultarão quaisquer responsabilidades futuras:

- A UTAD reclama um crédito a título de dedução do IVA no montante de 151.342,71 euros. A sentença foi favorável à UTAD, encontrando-se pendente o recurso interposto pela AT.
- A Autora impugna o despacho que a impediu de defender a sua tese por falta de pagamento de propinas com valor da ação de €5.000,01. Foi apresentada a contestação. Encontra-se em fase de inquirição de testemunhas.
- A Autora (ex docente da UTAD) reclama o pagamento da compensação pela caducidade do contrato de trabalho com valor da ação de €10.515,74.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a large 'X' and a signature.

- A Autora (ex docente da UTAD) reclama o pagamento da compensação pela caducidade do contrato de trabalho com valor da ação de €17.543,28.
- O Autora reclama da UTAD o pagamento de uma indemnização (responsabilidade civil extracontratual das entidade públicas por ato ilícito), cujo valor da ação é €54.806,38. Foi apresentada a contestação.
- O Autora reclama créditos laborais no valor de € 1.575,00 acrescido de € 1.000,00 a título de danos não patrimoniais. Foi apresentada a contestação.
- A Autora requer a condenação da UTAD a prestar autorizar 40 alunos a realizarem a defesa de dissertação ou tese. A eventual procedência da ação não implica responsabilidades financeiras para a UTAD. Foi apresentada a contestação.

17. Acontecimentos após a data de relato

17.1. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Gestão em 15 de Maio de 2019.

17.2. Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

18. Instrumentos financeiros

18.1. Ativos financeiros

A 31 de dezembro de 2018 a Entidade detinha os seguintes ativos financeiros:

	Ativos registados a justo valor por resultados	Ativos registados ao custo amortizado menos Imparidade	Total
Ativos financeiros			
Clientes, contribuintes e utentes	-	5.432.577,98	5.432.577,98
Devedores por transf. e subsídios não reembolsáveis	-	16.424.626,03	16.424.626,03
Estado e outros entes públicos – IVA	-	14.807,81	14.807,81
Outros devedores	-	177.541,09	177.541,09
Caixa e depósitos	-	1.728.350,45	1.728.350,45
TOTAL	-	23.777.903,36	23.777.903,36

Ativos registados ao custo amortizado menos Imparidade	Custo amortizado	Imparidade	Total
Ativos financeiros			
Clientes, contribuintes e utentes	9.758.148,57	4.325.570,59	5.432.577,98
Devedores por transf. e subsídios não reembolsáveis	16.424.626,03	-	16.424.626,03
Estado e outros entes públicos – IVA	14.807,81	-	14.807,81
Outras contas a receber	195.041,09	17.500,00	177.541,09
Caixa e depósitos	1.728.350,45	-	1.728.350,45
TOTAL	28.120.973,95	4.343.070,59	23.777.903,36

a) Clientes, contribuintes e utentes

A 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica de Clientes, contribuintes e utentes analisa-se da seguinte forma:

Rubrica	31.12.2018			31.12.2017		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida
Clientes e utentes	9.758.148,57	(4.325.570,59)	5.432.577,98	5.936.716,58	(4.166.280,43)	1.770.436,15
TOTAL	9.758.148,57	(4.325.570,59)	5.432.577,98	5.936.716,58	(4.166.280,43)	1.770.436,15

Rubrica	31.12.2018			31.12.2017		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida
Cientes - conta corrente	388.006,15	322,26	387.683,89	576.271,04	0,00	576.271,04
Cientes - cobrança duvidosa	1.440.917,05	1.440.917,05	0,00	1.402.236,46	1.402.236,46	0,00
Alunos - conta corrente	5.044.894,09	0,00	5.044.894,09	1.194.165,11	0,00	1.194.165,11
Alunos - cobrança duvidosa	2.884.331,28	2.884.331,28	0,00	2.764.043,97	2.764.043,97	0,00
TOTAL	9.758.148,57	4.325.570,59	5.432.577,98	5.936.716,58	4.166.280,43	1.770.436,15

Foram constituídas imparidades para os créditos, que não do Estado (sentido lato), em mora há mais de 12 meses desde a data do respetivo vencimento e para as quais existiam diligências para o seu recebimento. A taxa utilizada foi de 100%.

Em 2018, o reforço das imparidades relativas a dívidas de estudantes está relacionado com a inclusão das dívidas de estudantes do ano letivo de 2016/2016, permanecendo apenas em conta corrente as dívidas vencidas relativas aos anos letivos 2016/2017 e 2017/2018. Em 2016, foram consideradas as dívidas em mora de estudantes do ano letivo de 2014/2015.

Relativamente aos SASUTAD, em 2018 a imparidade sofreu um aumento de €11.023,94 de modo a incluir as dívidas com atraso de mais de um ano.

No que respeita à dívida de alunos – conta corrente, em 31 de dezembro de 2018, a UTAD registou o valor da faturação relacionado com propinas como dívida no momento de matrícula do aluno por contrapartida da relevação do correspondente Passivo (Diferimentos). Este registo originou a relevação da dívida vincenda relativamente ao ano letivo de 2018/19 no montante de €3.811.107,59.

Dívida alunos por ano letivo	Conta corrente	Cobrança duvidosa
Propinas - 1º, 2º e 3º ciclo		
2018/2019	4.522.567,16	
2017/2018	433.501,93	
2016/2017	-	244.699,08
2015/2016	-	333.450,33
2014/2015	-	353.653,24
2013/2014	-	324.273,34
2012/2013	-	448.448,54
2011/2012	-	594.790,22
2010/2011	-	585.016,53
	4.956.069,09	2.884.331,28
Propinas - outras	88.825,00	
Imparidade acumulada	-	(2.884.331,28)
TOTAL	5.044.894,09	(0,00) 5.044.894,09

AA
7
(P)
gma

b) Outros devedores

A 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o saldo de outros devedores decompunha-se da seguinte forma:

	31.12.2018	31.12.2017
Pessoal	181,52	1,94
Devedores por acréscimos de rendimentos	139.536,42	1.798.865,00
Outros devedores	37.823,15	12.702,72
TOTAL	177.541,09	1.811.569,66

c) Caixa e depósitos

A 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o saldo de caixa e de depósitos bancários decompunha-se da seguinte forma:

	31.12.2018	31.12.2017
Caixa	3.628,61	2.769,09
Depósitos à ordem	-	-
- Depósitos à ordem no Tesouro	1.330.531,10	792.0476,64
- Depósitos bancários à ordem	388.190,64	478.523,42
Outros Depósitos bancários	6.000,00	-
TOTAL	1.728.350,45	1.273.339,15

18.2. Passivos financeiros

A 31 de dezembro de 2018 a Entidade detinha os seguintes passivos financeiros:

	Passivos registados a justo valor por resultados	Passivos registados ao custo amortizado menos Imparidade	Total
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	787.165,44	787.165,44
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		960,00	960,00
Estado e outros entes públicos	-	1.363.348,74	1.363.348,74
Fornecedores de investimentos	-	67.196,35	67.196,35
Outras contas a pagar	-	5.783.695,81	5.783.695,81
TOTAL	-	8.002.366,34	8.002.366,34

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

a) Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de Estado e outros entes públicos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

	31.12.2018	31.12.2017
Estado e outros entes públicos		
Retenção de imposto sobre as pessoas coletivas	386,50	-
Retenção de imposto sobre as pessoas singulares	518.053,35	538.397,65
Sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	741.532,98	661.808,68
Imposto sobre o valor acrescentado	103.375,91	150.893,62
TOTAL	1.363.348,74	1.351.099,95

b) Outras contas a pagar

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de "Outras contas a pagar" decompunha-se da seguinte forma:

	31.12.2018	31.12.2017
Outras contas a pagar		
Pessoal	40.342,87	1.152,06
Provisão para férias e subs. férias	5.229.524,24	5.212.174,70
Outros acréscimos de gastos	217.123,61	58.129,96
Outros devedores saldos credores	-	1.191,58
Outros credores	296.705,09	18.687,78
TOTAL	5.783.695,81	5.291.336,08

20. Divulgação de partes relacionadas

Listagem das entidades onde a UTAD tem controlo, pelo que integram as contas consolidadas do Grupo:

Designação	Sede	Controlo/ Influência significativa	Método	Interesses minoritários
Serviços de ação social da Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro	Vila Real	Sim	Agregação	
UFM - Rádio Universidade Marão	Vila Real	Sim 86,96%	Consolidação integral	3.791,93

Listagem das entidades onde a UTAD não detém controlo. Estas entidades encontra-se registadas pelo valor nulo uma vez que foi considerado que o valor entregue da participação não será recuperado.

Designação	Sede	Participação Quantia escriturada	Controlo/ Influência significativa	Método
Regia Douro Park – Associação para o Desenvolvimento do Regia Douro Park	Vila Real	0,00	Não	Custo deduzido de imparidade
Centrohahabitat – Coton	Vila Real	0,00	Não	Custo deduzido de imparidade
Plataforma para a Construção Sustentável	Vila Real	0,00	Não	Custo deduzido de imparidade
Associação para o desenvolvimento da Brigantia Ecopark	Vila Real	0,00	Não	Custo deduzido de imparidade
Valor Pedra	Vila Real	0,00	Não	Custo deduzido de imparidade
IDARN - Instituto para o desenvolvimento Agrário da Região Norte	Vila Real	0,00	Não	Custo deduzido de imparidade
AIFF - Associação p/a Comp. Da Ind. Fileira Florestal	Vila Real	0,00	Não	Custo deduzido de imparidade
IET - Instituto Empresarial do Tâmega	Vila Real	0,00	Não	Custo deduzido de imparidade
ITIDAI - Instituto de Trás-os-Montes para a Investigação	Vila Real	0,00	Sim	Custo deduzido de imparidade

Divulgação das transações e saldos com partes relacionadas

Designação	Dívida a receber	Dívida a pagar	Imparidade
Associação para o desenvolvimento da Brigantia Ecopark	0,00	0,00	0,00
Valor Pedra	0,00	0,00	0,00
IDARN	11.938,69	0,00	0,00
AIFF - Associação p/a Comp. Da Ind. Fileira Florestal	0,00	0,00	0,00
IET - Instituto Empresarial do Tâmega	0,00	0,00	0,00
ITIDAI - Instituto de Trás-os-Montes para a Investigação	17.500,00	0,00	-17.500,00
Regia Douro Park – Associação para o Desenvolvimento do Regia Douro Park	0,00	0,00	0,00

Designação	Rendimentos	Gastos
Regia Douro Park – Associação para o Desenvolvimento do Regia Douro Park		55.534,50
		0,00

AS
Z
N
hah

Remunerações relativas ao Conselho de Gestão da UTAD

Cargo	Nº pessoas	Remunerações	Outras remunerações	Empréstimos	Benefícios diretos e indiretos
Pessoal chave da gestão (Reitor, Vice-Reitores, Administradora, Diretor)	4	262.528,28	0,00	0,00	0,00
Membros próximos da família	1	13.937,14	0,00	0,00	0,00
	5	276.465,42	-	-	-

23. Outras informações

23.1. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 o valor dos diferimentos ativos e passivos discrimina-se como segue:

	31.12.2018	31.12.2017
Diferimentos ativos		
Seguros	1.127,08	1.725,50
Outros	58.987,21	16.125,87
	60.114,29	17.851,37
Rendimentos a reconhecer		
Propinas	4.273.021,33	757.684,97
Subsídios ao Funcionamento	15.425.060,52	11.454.509,07
Outros	3.738,18	-
	19.701.820,03	12.212.194,04

O aumento verificado nesta rubrica reflete o registo da dívida de alunos vincenda, a partir de 1 de janeiro de 2018, pelo que a parte referente à especialização do ano letivo 2018/19 foi calculada tendo por base o descrito na nota 2, alínea m). O impacto estimado deste procedimento ascende a cerca de €3.727.000 com referência a 1 de janeiro de 2018.

No que respeita aos subsídios ao funcionamento, o aumento da rubrica de rendimentos a reconhecer reflete o registo da dívida dos contatos associados a transferências e subsídios, a partir de 1 de janeiro de 2018. O montante registado da dívida receber em 31 de dezembro de 2018 ascende a cerca de €16.424.626.

2h
A
W
gva

23.2. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos a 31 de dezembro de 2018 e 2017 apresentava a seguinte composição:

	31.12.2018	31.12.2017
Fornecimento e serviços externos		
Subcontratos	16.537,25	6.760,54
Trabalhos especializados	1.678.398,56	984.442,47
Publicidade, comunicação e imagem	170.445,99	36.697,98
Vigilância e segurança	15.161,55	-
Honorários	449.999,78	415.597,90
Conservação e reparação	668.348,61	484.791,20
Outros serviços especializados	187.032,48	-
Peças, ferramentas e utens. de desgaste rápido	309.355,32	298.487,17
Produtos químicos e de laboratórios	507.673,58	290.956,95
Outros materiais	405.985,43	238.903,83
Eletricidade	979.483,52	829.820,43
Combustíveis e lubrificantes	221.239,41	166.339,85
Água	211.318,79	253.950,40
Outros fluídos	470.668,12	228.444,41
Deslocações e estadas	551.174,00	411.102,06
Rendas e alugueres	367.240,42	328.479,71
Comunicação	81.314,43	74.176,79
Seguros	47.601,77	39.931,97
Limpeza, higiene e conforto	323.112,21	306.113,50
Outros serviços	1.091.367,31	1.141.712,23
TOTAL	8.753.458,53	6.536.709,39

Os fornecimentos e serviços externos apresentam como principais componentes algumas das rubricas relativas aos encargos com as instalações (conservação e reparação, eletricidade, gás, água e limpeza), os trabalhos especializados, os consumíveis laboratoriais, os honorários, assim como as deslocações e estadas. Comparativamente a 2017, verificou-se um aumento significativo, especialmente nas rubricas "Consumo de mercadorias", "Trabalhos especializados" e "Outros fornecimentos e serviços", fruto da execução de projetos de investigação/construção e na diminuição do recurso a soluções de outsourcing, privilegiando uso dos recursos humanos da instituição.

A rubrica de outros fornecimentos e serviços inclui serviços relacionados com assistência informática, serviços de organização documental, entre outros.

23.3. Gastos com pessoal

Os gastos com o pessoal decompõem-se como se segue:

	31.12.2018	31.12.2017
Gastos com pessoal		
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	3.385,85	1.078,04
Remunerações do pessoal	31.042.787,03	30.993.688,61
Encargos sobre remunerações	7.050.953,33	7.383.587,20
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	6.371,59	0,00
Indemnizações	70.360,04	0,00
Outros gastos com pessoal	441.359,75	132.024,53
TOTAL	38.615.217,59	38.510.378,38

23.4. Transferências e subsídios concedidos e Prestações sociais

O detalhe das Transferências e subsídios concedidos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

	31.12.2018	31.12.2017
Transferências e subsídios concedidos		
Administração Pública	235.105,64	469.071,85
Administração Privada	143.553,73	32.689,16
Exterior - Países Terceiros	1.134.194,71	10.980,00
Particulares	3.312.179,81	2.919.401,93
Subsídios correntes concedidos	160.000,00	145.000,00
Prestações Sociais Concedidas	28.532,00	19.403,00
TOTAL	5.013.565,89	3.596.545,94

O aumento verificado na rubrica de transferências correntes concedidas é justificada, principalmente, pelo acréscimo do valor das transferências concedidas pela UTAD a bolseiros de investigação, mobilidade e formação.

23.5. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos tem a 31 de dezembro de 2018 e 2017 a seguinte composição:

	31.12.2018	31.12.2017
Outros rendimentos		
Outros rendimentos suplementares	14.462,04	72.034,23
Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	0,03	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	-22.385,92	1.225,68
Correções relativas a períodos anteriores	162.923,04	164.736,66
Imputação subsídios e transf. para investimento	1.827.258,38	1.436.019,50
Outros não especificados	26.912,85	66.966,53
TOTAL	2.009.170,42	1.740.982,60

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

23.6. Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos tem a 31 de dezembro de 2018 e 2017 a seguinte composição:

	31.12.2018	31.12.2017
Outros gastos		
Impostos e taxas	46.798,79	52.935,18
Gastos em investimentos não financeiros	5.508,57	21.285,71
Correções relativas a períodos anteriores	98.616,86	260.152,47
Quotizações	46.294,36	32.478,53
Serviços Bancários	46.581,22	32.847,77
Outros gastos	19.871,61	9.433,34
TOTAL	263.671,41	409.133,00

23.7. Dívidas em mora com o Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não existiam dívidas em situação de mora com o Estado e outros entes públicos.

23.8. Responsabilidades por Garantias Prestadas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, existem responsabilidades por garantias prestadas, no montante de €178.921,22 (2017: 49.258,39), conforme quadro resumo

	31.12.2018	31.12.2017
EDP	85.141,48	49.258,39
IFAP	93.779,74	-
TOTAL	178.921,22	49.258,39

23.9. Outras informações

Os honorários do Fiscal Único ascenderam a oito mil seiscientos e cinquenta e sete euros e quatro centímetros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

23.10. Fundo de Apoio Social

Foi aprovado pelo Conselho Geral na reunião do dia 11 de abril 2014 o aumento das propinas em 20 euros. Este aumento foi aprovado com a condição de que o acréscimo de receita fosse usado pela Reitoria para a ação social e apoio aos alunos mais carenciados, reforçando assim, o Fundo de Apoio Social. A concretização deste reforço teve início no ano de 2016, tendo a Universidade efetuado um levantamento dos alunos que frequentaram o 1.º Ciclo/Mestrados Integrados dos respetivos anos letivos desde esse ano. Teve-se em conta o n.º de alunos com a propina paga. O

valor apurado para o corrente ano foi de cerca de € 79.932,46 (2017: €92.300,00) tendo sido já transferida a verba para os SASUTAD.

Vila Real, 15 de maio de 2019

O Conselho de Gestão



Professor Doutor António A. Fontainhas Fernandes
Reitor



Professor Doutor Artur Fernando Arede Cristóvão
Vice-Reitor



Prof. Doutora Elsa Rocha de Sousa Justino
Administradora



Dr. Baltazar Sousa Cruz
Diretor dos Serviços Financeiros e Patrimoniais

Mh
A
br
@

5. Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 69.413.290 euros e um total de património líquido de 41.651.073 euros, incluindo um resultado líquido de 84.074 euros), a demonstração dos resultados por natureza consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa consolidada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto aos efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

Conforme referido na certificação legal das contas emitida em 29 de maio de 2018 sobre as demonstrações financeiras do Grupo com referência a 31 de dezembro de 2017, a rubrica de "Caixa e depósitos" inclui diversos pagamentos a entidades terceiras, aprovados em dezembro de 2017, cuja transferência bancária ocorreu entre os dias 2 e 8 de janeiro de 2018. Assim, consideramos que o montante das rubricas de "Caixa e depósitos" e "Passivo corrente", se encontra subavaliado em cerca de 542.067 euros com referência a 31 de dezembro de 2017.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Conforme referido no ponto 1 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo apresentou pela primeira vez, em 31 de dezembro de 2018, as suas demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública adotadas em

Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC- AP).

Dado que a data de transição para este novo referencial foi o dia 1 de janeiro de 2018, os valores referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2017 não foram reexpressos, ficando assim a comparabilidade afetada. Esta limitação é contornada com o recurso aos mapas de reconciliação para o balanço de abertura apresentados na referida nota.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:


- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

- 
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
 - concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
 - avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
 - comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos a demonstração do desempenho orçamental consolidada (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 55.839.523 euros e um total de despesa paga de 53.893.681 euros) relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

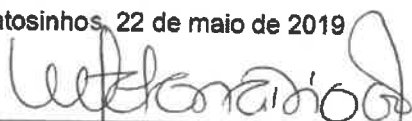
O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação da demonstração do desempenho orçamental consolidada. A nossa responsabilidade consiste em verificar que na sua preparação foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, a demonstração do desempenho orçamental consolidada anexa está preparada, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras e as demonstrações orçamentais consolidadas auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais, exceto quanto ao facto de não conter as divulgações aplicáveis ao subsector da educação, previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão.

Matosinhos, 22 de maio de 2019



Maria Helena Alves de Oliveira Diogo (ROC 943)

AL
7
D
gs

6. Relatório de Auditoria

**RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS**

Ao Conselho Geral da
Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da **Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro (Grupo)** relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os quais são da responsabilidade do Conselho de Gestão.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do Grupo, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Gestão e dos diversos serviços do Grupo, as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018, a Demonstração dos resultados por natureza consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa consolidada e o correspondente Anexo às demonstrações financeiras consolidadas. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão Consolidado do exercício de 2018 bem como analisámos a conformidade da demonstração do desempenho orçamental consolidada para o período compreendido entre 1 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018, documentos preparados pelo Conselho de Gestão. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas que contém uma reserva relacionada com o registo de pagamentos a entidades terceiras cuja transferência bancária ocorreu entre os dias 2 e 8 de janeiro de 2018 e uma ênfase relacionada com a adoção pela primeira vez das Normas de Contabilidade Pública adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC- AP).

Face ao exposto, somos de opinião que, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas" e considerando o descrito na secção "Ênfase" da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão do exercício de 2018, poderão ser aprovados pelo Conselho Geral da UTAD.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Gestão e aos serviços do Grupo o nosso apreço pela colaboração prestada.

Matosinhos, 22 de maio 2019



Maria Helena Alves de Oliveira Diogo (Roc nº 943)

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 69.413.290 euros e um total de património líquido de 41.651.073 euros, incluindo um resultado líquido de 84.074 euros), a demonstração dos resultados por natureza consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa consolidada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

Conforme referido no Relatório de Auditoria emitido em 29 de maio de 2018 sobre as demonstrações financeiras do Grupo com referência a 31 de dezembro de 2017, a rubrica de “Caixa e depósitos” inclui diversos pagamentos a entidades terceiras, aprovados em dezembro de 2017, cuja transferência bancária ocorreu entre os dias 2 e 8 de janeiro de 2018. Assim, consideramos que o montante de “Caixa e depósitos” e “Passivo corrente” se encontra subavaliado em cerca de 542.067 euros com referência a 31 de dezembro de 2017.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Conforme referido no ponto 1 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo apresentou pela primeira vez, em 31 de dezembro de 2018, as suas demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC- AP).

Dado que a data de transição para este novo referencial foi o dia 1 de janeiro de 2018, os valores referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2017 não foram reexpressos, ficando assim a comparabilidade afetada. Esta limitação é contornada com o recurso aos mapas de reconciliação para o balanço de abertura apresentados na referida nota.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção

- material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
 - avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
 - concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
 - avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
 - comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos a demonstração do desempenho orçamental consolidada (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 55.839.523 euros e um total de despesa paga de 53.893.681 euros) relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

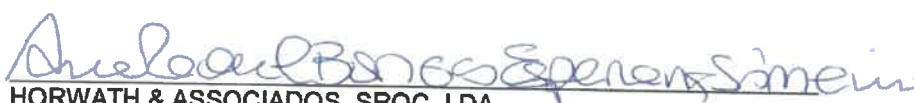
O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação da demonstração do desempenho orçamental consolidada. A nossa responsabilidade consiste em verificar que na sua preparação foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, a demonstração do desempenho orçamental consolidada anexa está preparada, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras e as demonstrações orçamentais consolidadas auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais, exceto quanto ao facto de não conter as divulgações aplicáveis ao subsector da educação, previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão.

Porto, 22 de maio de 2019



Horwath & Associados, SROC, LDA.

Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro (ROC 1126)

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 69.413.290 euros e um total de património líquido de 41.651.073 euros, incluindo um resultado líquido de 84.074 euros), a demonstração dos resultados por natureza consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa consolidada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

Conforme referido no Relatório de Auditoria emitido em 29 de maio de 2018 sobre as demonstrações financeiras do Grupo com referência a 31 de dezembro de 2017, a rubrica de “Caixa e depósitos” inclui diversos pagamentos a entidades terceiras, aprovados em dezembro de 2017, cuja transferência bancária ocorreu entre os dias 2 e 8 de janeiro de 2018. Assim, consideramos que o montante de “Caixa e depósitos” e “Passivo corrente” se encontra subavaliado em cerca de 542.067 euros com referência a 31 de dezembro de 2017.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Conforme referido no ponto 1 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo apresentou pela primeira vez, em 31 de dezembro de 2018, as suas demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC- AP).

Dado que a data de transição para este novo referencial foi o dia 1 de janeiro de 2018, os valores referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2017 não foram reexpressos, ficando assim a comparabilidade afetada. Esta limitação é contornada com o recurso aos mapas de reconciliação para o balanço de abertura apresentados na referida nota.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção

- material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
 - avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
 - concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
 - avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
 - comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos a demonstração do desempenho orçamental consolidada (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 55.839.523 euros e um total de despesa paga de 53.893.681 euros) relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

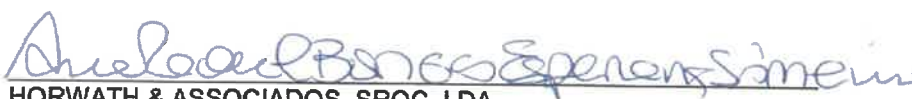
O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação da demonstração do desempenho orçamental consolidada. A nossa responsabilidade consiste em verificar que na sua preparação foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, a demonstração do desempenho orçamental consolidada anexa está preparada, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras e as demonstrações orçamentais consolidadas auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais, exceto quanto ao facto de não conter as divulgações aplicáveis ao subsector da educação, previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão.

Porto, 22 de maio de 2019



HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro (ROC 1126)

HA
A
D

7. Demonstrações orçamentais

NA

gost
R

■ Demonstração do desempenho orçamental

RUBRICA		RECEBIMENTOS		FONTES DE FINANCIAMENTO (n)				N-1	
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL		
Saldo de gerência anterior		169.336,78 €	582.206,06 €	8.949,29 €	0,00 €	512.847,02 €	1.273.339,15 €	0,00 €	
Operações orçamentais [1]		169.336,78 €	582.206,06 €	8.949,29 €	0,00 €	0,00 €	760.492,13 €	0,00 €	
Saldo Orçamental		169.336,78 €	582.206,06 €	8.949,29 €	0,00 €	0,00 €	760.492,13 €	0,00 €	
Devolução do saldo oper. orçamentais		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Operações de tesouraria [A]		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	512.847,02 €	512.847,02 €	0,00 €	
Receita corrente		12.732.495,11 €	32.418.830,21 €	1.336.075,22 €	0,00 €	0,00 €	46.487.400,54 €	0,00 €	
R1	Receita fiscal	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R11	X Impostos diretos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R12	X Impostos indiretos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R2	X Contribuições para a segurança social, CGA e ADSE	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R3	X Taxas, multas e outras penalidades	7.680.244,28 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7.680.244,28 €	0,00 €	
R4	X Rendimentos de propriedade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R5	Transferências Correntes								
R51	Administrações Públicas	740.833,24 €	32.418.830,21 €	1.336.075,22 €	0,00 €	0,00 €	34.495.738,67 €	0,00 €	
R511	X Administração Central - Estado	178.936,85 € 0,00 €	32.418.830,21 € 32.222.651,00 €	1.224.333,17 € 0,00 €	0,00 € 0,00 €	0,00 € 0,00 €	33.822.100,23 € 32.222.651,00 €	0,00 €	
R512	X Administração Central - Outras entidades							0,00 €	
R513	X Segurança Social	136.236,85 € 0,00 €	196.179,21 € 0,00 €	1.224.333,17 € 0,00 €	0,00 € 0,00 €	0,00 € 0,00 €	1.556.749,23 € 0,00 €	0,00 €	
R514	X Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R515	X Administração Local	42.700,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	42.700,00 €	0,00 €	
R52	X Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	111.742,05 €	0,00 €	0,00 €	111.742,05 €	0,00 €	
R53	X Outras	561.896,39 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	561.896,39 €	0,00 €	
R6	X Venda de bens e serviços				0,00 €	0,00 €	4.181.512,60 €	0,00 €	
R7	X Outras receitas correntes	4.181.512,60 € 129.904,99 €	0,00 € 0,00 €	0,00 € 0,00 €	0,00 € 0,00 €	0,00 € 0,00 €	129.904,99 €	0,00 €	
Receita de capital		1.553,32 €	439.116,38 €	8.150.961,11 €	0,00 €	0,00 €	8.591.630,81 €	0,00 €	
R8	X Venda de bens de investimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R9	Transferências de Capital	0,00 €	439.116,38 €	8.147.304,92 €	0,00 €	0,00 €	8.586.421,30 €	0,00 €	
R91	Administrações Públicas	0,00 €	439.116,38 €	25.945,44 €	0,00 €	0,00 €	465.061,82 €	0,00 €	
R911	X Administração Central - Estado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R912	X Administração Central - Outras entidades	0,00 €	439.116,38 €	25.945,44 €	0,00 €	0,00 €	465.061,82 €	0,00 €	
R913	X Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R914	X Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R915	X Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R92	X Exterior - UE	0,00 €	0,00 €	8.121.359,48 €	0,00 €	0,00 €	8.121.359,48 €	0,00 €	
R93	X Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R10	X Outras receitas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R11	X Reposição não abatidas aos pagamentos	1.553,32 €	0,00 €	3.656,19 €	0,00 €	0,00 €	5.209,51 €	0,00 €	
Receita efetiva [2]		12.734.048,43 €	32.857.946,59 €	9.487.036,33 €	0,00 €	0,00 €	55.079.031,35 €	0,00 €	
Receita não efetiva [3]		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R12	X Receita com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R13	X Receita com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Soma [4]=[1]+[2]+[3]		12.903.385,21 €	33.440.152,65 €	9.495.985,62 €	0,00 €	0,00 €	55.839.523,48 €	0,00 €	
Operações de tesouraria [B]						1.721.880,79 €	1.721.880,79 €		

Handwritten signature and initials

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
	Despesa corrente	11.560.570,31 €	32.662.462,44 €	8.357.012,13 €	0,00 €	0,00 €	52.580.044,88 €	0,00 €
D1	Despesas com o pessoal	4.907.819,53 €	32.215.629,44 €	427.727,87 €	0,00 €	0,00 €	37.551.176,84 €	0,00 €
D11	X Remunerações Certas e Permanentes	3.472.042,68 €	26.277.444,65 €	81.851,28 €	0,00 €	0,00 €	29.831.338,61 €	0,00 €
D12	X Abonos Variáveis ou Eventuais	133.526,50 €	85.949,01 €	184.286,72 €	0,00 €	0,00 €	403.762,23 €	0,00 €
D13	X Segurança social	1.302.250,35 €	5.852.235,78 €	161.589,87 €	0,00 €	0,00 €	7.316.076,00 €	0,00 €
D2	X Aquisição de bens e serviços	5.334.439,98 €	369.939,95 €	3.796.418,42 €	0,00 €	0,00 €	9.500.798,35 €	0,00 €
D3	X Juros e outros encargos	36.813,22 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	36.813,22 €	0,00 €
D4	Transferências correntes	1.133.129,06 €	62.746,53 €	4.052.423,97 €	0,00 €	0,00 €	5.248.299,56 €	0,00 €
D41	Administrações Públicas	274.591,72 €	23.911,41 €	196.829,74 €	0,00 €	0,00 €	495.332,87 €	0,00 €
D411	X Administração Central - Estado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D412	X Administração Central - Outras entidades	0,00 €	23.911,41 €	196.829,74 €	0,00 €	0,00 €	495.332,87 €	0,00 €
D413	X Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D414	X Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D415	X Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D42	X Instituições sem fins lucrativos	226.000,00 €	22.562,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	248.562,50 €	0,00 €
D43	X Famílias	907.129,06 €	16.272,62 €	2.649.780,79 €	0,00 €	0,00 €	3.573.182,47 €	0,00 €
D44	X Outras	0,00 €	0,00 €	1.205.813,44 €	0,00 €	0,00 €	1.205.813,44 €	0,00 €
D5	X Subsídios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D6	X Outras despesas correntes	148.368,52 €	14.146,52 €	80.441,87 €	0,00 €	0,00 €	242.956,91 €	0,00 €
	Despesa de capital	799.694,06 €	12.368,52 €	501.573,23 €	0,00 €	0,00 €	1.313.635,81 €	0,00 €
D7	X Investimento	799.694,06 €	12.368,52 €	501.573,23 €	0,00 €	0,00 €	1.313.635,81 €	0,00 €
D8	Transferências de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D81	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D811	X Administração Central - Estado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D812	X Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D813	X Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D814	X Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D815	X Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D82	X Instituições sem fins lucrativos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D83	X Famílias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D84	X Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D9	X Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Despesa efetiva [5]	12.360.264,37 €	32.674.830,96 €	8.858.585,36 €	0,00 €	0,00 €	53.893.680,69 €	0,00 €
	Despesa não efetiva [6]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D010	X Despesa com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D011	X Despesa com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Soma [7]=[5]+[6]	12.360.264,37 €	32.674.830,96 €	8.858.585,36 €	0,00 €	0,00 €	53.893.680,69 €	0,00 €
	Operações de tesouraria [C]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.461.089,62 €	2.461.089,62 €	0,00 €
	Saldo para a gerência seguinte	543.120,84 €	765.321,69 €	637.400,26 €	0,00 €	-226.361,81 €	1.719.480,98 €	0,00 €
	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	543.120,84 €	765.321,69 €	637.400,26 €	0,00 €	0,00 €	1.945.842,79 €	0,00 €
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-226.361,81 €	-226.361,81 €	0,00 €
	Saldo global [2] - [5]	373.784,06 €	183.115,63 €	628.450,97 €	0,00 €	0,00 €	1.185.350,66 €	0,00 €
	Despesa primária	12.323.451,15 €	32.674.830,96 €	8.858.585,36 €	0,00 €	0,00 €	53.856.867,47 €	0,00 €
	Saldo corrente	1.171.924,80 €	-243.632,23 €	-7.020.936,91 €	0,00 €	0,00 €	-6.092.644,34 €	0,00 €
	Saldo de capital	-798.140,74 €	426.747,86 €	7.649.387,88 €	0,00 €	0,00 €	7.277.995,00 €	0,00 €
	Saldo primário	373.784,06 €	183.115,63 €	628.450,97 €	0,00 €	0,00 €	1.185.350,66 €	0,00 €
	Receita total [1] + [2] + [3]	12.903.385,21 €	33.440.152,65 €	9.495.985,62 €	0,00 €	0,00 €	55.839.523,48 €	0,00 €
	Despesa total [5] + [6]	12.360.264,37 €	32.674.830,96 €	8.858.585,36 €	0,00 €	0,00 €	53.893.680,69 €	0,00 €

8. Anexos

8.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DAS ENTIDADES CONSOLIDADAS

8.1.1 Demonstração dos resultados por natureza UTAD

RENDIMENTOS E GASTOS	31.12.2018	31.12.2017
Impostos e taxas	8.045.877,07	7.624.413,36
Vendas	147.075,56	141.123,35
Prestações de serviços	1.346.560,39	2.097.565,31
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	41.183.516,77	37.741.873,46
Variação nos inventários da produção		
Trabalhos para a própria entidade		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-28.544,42	-57.162,49
Fornecimentos e serviços externos	-7.659.392,60	-5.649.927,10
Gastos com o pessoal	-36.587.751,00	-36.722.347,24
Transferências e subsídios concedidos	-5.179.558,07	-3.754.905,15
Prestações sociais		
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-148.266,22	-190.456,70
Provisões (aumentos/reduções)	-58.030,86	
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		
Aumentos/reduções de justo valor		
Outros rendimentos e ganhos	1.970.311,93	1.657.261,34
Outros gastos e perdas	-246.044,65	-386.464,46
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	2.785.753,90	2.500.973,68
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-2.614.866,38	-2.473.352,62
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	170.887,52	27.621,06
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados		
Resultado antes de impostos	170.887,52	27.621,06
Imposto sobre o rendimento		
Resultado líquido do período	170.887,52	27.621,06

Handwritten signature and initials

8.1.2 Balanço UTAD

Unidade Monetária: Euro

RUBRICAS	31.12.2018	31.12.2017 POC-E
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	36.420.269,30	38.137.254,27
Propriedades de investimento		
Ativos intangíveis	99.113,50	0,00
Participações financeiras	25.279,75	
Outros ativos financeiros		
	36.544.662,55	38.137.254,27
Ativo corrente		
Inventários	150.376,41	102.040,07
Ativos biológicos		
Devedores por transferências e subsídios	16.160.578,95	
Devedores por empréstimos bonificados		
Clientes, contribuintes e utentes	5.299.165,80	1.698.249,29
Estado e outros entes públicos	0,00	57,55
Outras contas a receber	164.888,82	1.803.858,16
Diferimentos	56.611,48	4.419,21
Ativos financeiros detidos para negociação		
Outros ativos financeiros		
Caixa e depósitos	1.487.081,56	1.135.931,67
	23.318.703,02	4.744.555,95
Total do Ativo	59.863.365,57	42.881.810,22
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património/Capital	29.848.228,21	29.848.228,21
Outros instrumentos de capital próprio		
Prémios de emissão		
Reservas	0,00	-5.605.399,49
Resultados transitados	-5.000.580,50	-897.149,31
Ajustamentos em ativos financeiros	-12.150,72	0,00
Excedentes de revalorização		0,00
Outras variações no património líquido	7.824.409,69	0,00
Resultado líquido do período	170.887,52	27.621,06
Interesses que não controlam		
Total do Património Líquido	32.830.794,20	23.373.300,47
PASSIVO		
Passivo não corrente		
Provisões	58.030,86	
Financiamentos obtidos		
Fornecedores de investimentos		
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		
Outras contas a pagar		
	58.030,86	0,00
Passivo corrente		
Credores por transferências e subsídios concedidos		
Fornecedores	676.811,40	641.648,12
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
Estado e outros entes públicos	1.305.965,66	1.346.842,14
Financiamentos obtidos		
Fornecedores de investimentos	62.736,30	296.709,21
Outras contas a pagar	5.464.153,60	5.014.456,84
Diferimentos	19.464.873,55	12.208.853,44
Passivos financeiros detidos para negociação		
Outros passivos financeiros		
	26.974.540,51	19.508.509,75
Total do Passivo	27.032.571,37	19.508.509,75
Total do Património Líquido e Passivo	59.863.365,57	42.881.810,22

Handwritten signature and initials in the top right corner.

8.1.3 Demonstração dos resultados por natureza SASUTAD

Unidade Monetária: Euro		
RENDIMENTOS E GASTOS	31.12.2018	31.12.2017
Impostos e taxas		
Vendas		
Prestações de serviços	47.194,80	42.773,69
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	2.084.661,74	1.800.529,57
Variação nos inventários da produção	2.015.718,42	2.097.053,90
Trabalhos para a própria entidade		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		
Fornecimentos e serviços externos	-663.066,29	-599.782,58
Gastos com o pessoal	-1.138.769,25	-955.923,00
Transferências e subsídios concedidos	-1.970.765,87	-1.788.031,14
Prestações sociais	-190.000,00	-205.042,00
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-28.532,00	-19.361,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Provisões (aumentos/reduções)	-11.023,94	-17.398,59
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		
Aumentos/reduções de justo valor		
Outros rendimentos e ganhos	26.189,41	84.841,57
Outros gastos e perdas	-19.457,43	-19.041,54
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	152.149,59	420.618,88
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-279.130,58	-254.469,16
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	-126.980,99	166.149,72
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados		
Resultado antes de impostos	-126.980,99	166.149,72
Imposto sobre o rendimento		
Resultado líquido do período	-126.980,99	166.149,72

8.1.4 Balanço SASUTAD

Unidade Monetária: Euro

RUBRICAS	31.12.2018	31.12.2017
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	8.794.212,47	8.974.560,06
Propriedades de investimento		
Ativos intangíveis	51.512,98	0,00
Participações financeiras		
Outros ativos financeiros		
	8.845.725,45	8.974.560,06
Ativo corrente		
Inventários	30.177,42	12.595,47
Ativos biológicos		
Devedores por transferências e subsídios	264.047,08	0,00
Devedores por empréstimos bonificados		
Clientes, contribuintes e utentes	136.646,18	82.037,19
Estado e outros entes públicos	8.027,35	8.568,71
Outras contas a receber	5.817,18	7.711,50
Diferimentos	2.375,73	13.432,16
Ativos financeiros detidos para negociação		
Outros ativos financeiros		
Caixa e depósitos	232.399,42	137.407,48
	679.490,36	261.752,51
Total do Ativo	9.525.215,81	9.236.312,57

PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Património/Capital	1.233.724,00	1.233.724,00
Outros instrumentos de capital próprio		
Prémios de emissão		
Reservas	0,00	5.616.046,93
Resultados transitados	1.962.935,36	1.858.709,67
Ajustamentos em ativos financeiros		
Excedentes de revalorização		
Outras variações no património líquido	5.681.642,37	
Resultado líquido do período	-126.980,99	166.149,72
Interesses que não controlam		
Total do Património Líquido	8.751.320,74	8.874.630,32

PASSIVO

Passivo não corrente

Provisões		
Financiamentos obtidos		
Fornecedores de investimentos		
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		
Outras contas a pagar		

0,00 **0,00**

Passivo corrente

Credores por transferências e subsídios concedidos		
Fornecedores	115.110,77	40.396,09
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	960,00	0,00
Estado e outros entes públicos	55.314,67	4.257,81
Financiamentos obtidos		
Fornecedores de investimentos	4.460,05	2.995,72
Outras contas a pagar	299.675,59	276.879,24
Diferimentos	298.373,99	37.153,39
Passivos financeiros detidos para negociação		
Outros passivos financeiros		

773.895,07 **361.682,25**

Total do Passivo **773.895,07** **361.682,25**

Total do Património Líquido e Passivo **9.525.215,81** **9.236.312,57**

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

8.1.5 Demonstração dos resultados por natureza UFM-Radio

Unidade Monetária: Euro		
RENDIMENTOS E GASTOS	31.12.2018	31.12.2017
Impostos e taxas		
Vendas		
Prestações de serviços		
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	33.364,40	26.859,31
Variação nos inventários da produção	32.378,85	60.000,00
Trabalhos para a própria entidade		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		
Fornecimentos e serviços externos	-31.201,48	-30.048,78
Gastos com o pessoal	-56.700,72	-51.105,99
Transferências e subsídios concedidos		
Prestações sociais		
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Provisões (aumentos/reduções)		
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		
Aumentos/reduções de justo valor		
Outros rendimentos e ganhos	41.424,25	12.593,78
Outros gastos e perdas	-2.894,28	-3.495,78
	8.869,47	
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	16.371,02	14.802,54
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-15.033,88	-13.522,57
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	1.337,14	1.279,97
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	-11,00	
Resultado antes de impostos	1.326,14	1.279,97
Imposto sobre o rendimento	-386,50	-467,14
Resultado líquido do período	939,64	812,83

8.1.6 Balanço UFM-Radio

Unidade Monetária: Euro

RUBRICAS	31.12.2018	31.12.2017
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	27.649,17	30.334,08
Propriedades de investimento		
Ativos intangíveis	1.960,92	3.921,30
Participações financeiras		
Outros ativos financeiros		
	29.610,09	34.255,38
Ativo corrente		
Inventários		
Ativos biológicos		
Devedores por transferências e subsídios		
Devedores por empréstimos bonificados		
Cientes, contribuintes e utentes	10.298,35	43.375,46
Estado e outros entes públicos	6.780,46	8.325,88
Outras contas a receber	6.835,09	
Diferimentos	1.127,08	1.002,59
Ativos financeiros detidos para negociação		
Outros ativos financeiros		45.092,92
Caixa e depósitos	8.869,47	8.204,56
	33.910,45	106.001,41
Total do Ativo	63.520,54	140.256,79

PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Património/Capital	28.750,00	28.750,00
Outros instrumentos de capital próprio		
Prémios de emissão		
Reservas	3.750,00	3.750,00
Resultados transitados	-42.165,05	-21.523,11
Ajustamentos em ativos financeiros		
Excedentes de revalorização		
Outras variações no património líquido	37.797,12	31.128,51
Resultado líquido do período	939,64	812,83
Interesses que não controlam		
Total do Património Líquido	29.071,71	42.918,23

PASSIVO

Passivo não corrente

Provisões		
Financiamentos obtidos		
Fornecedores de investimentos		
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		
Outras contas a pagar		

0,00 **0,00**

Passivo corrente

Credores por transferências e subsídios concedidos		
Fornecedores	8.775,62	25.356,16
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
Estado e outros entes públicos	2.068,41	1.846,13
Financiamentos obtidos		
Fornecedores de investimentos		
Outras contas a pagar	19.866,62	
Diferimentos	3.738,18	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação		
Outros passivos financeiros		70.136,27

34.448,83 **97.338,56**
Total do Passivo **34.448,83** **97.338,56**
Total do Património Líquido e Passivo **63.520,54** **140.256,79**